



REVISTA

FENADEPOL

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL

ÓRGÃO OFICIAL DA FENADEPOL - 29ª Edição - www.fenadepol.org.br - Novembro / Dezembro 2017



A NOVA CARA DA POLÍCIA FEDERAL



UM CAMINHO MAIS BONITO E SEGURO PARA A SUA FÉ.

APARECIDA



ROSEIRA
PINDAMONHANGABA
TAUBATÉ
REDEÇÃO DA SERRA
FASABRUNA
SANTA BRANCA
GUARABEMA
MOGI DAS CRUZES

A Rota da Luz SP é um trajeto turístico criado para garantir o bem-estar e a segurança dos caminhantes que fazem a peregrinação até a cidade de Aparecida.

Antes, essa caminhada era feita pelas margens da Via Dutra, sem o cuidado e a segurança que os fiéis merecem. Agora isso mudou. O novo traçado é formado por estradas secundárias, somando 201 km, que passam por nove municípios, a partir de Mogi das Cruzes.

Assim, ao longo do percurso, os caminhantes também podem conhecer os usos, os costumes, a história e as lendas das cidades por onde passam. Sem dúvida, uma grande oportunidade para quem quer demonstrar a sua fé e conhecer um pouco melhor os caminhos e as belezas do nosso estado.

Acesse e informe-se:
www.rotadaluzsp.com.br
rotadaluzsp@sp.gov.br

Santuário Nacional de
Nossa Senhora Aparecida

Editorial



Palavra da Presidente

Viviane da Rosa
Presidente da Federação
Nacional dos Delegados
de Polícia Federal
FENADEPOL

O ano de 2017 foi um ano muito difícil, marcado principalmente pelas tentativas do governo em votar a Reforma da Previdência, ação que não se concretizou, deixando a empreitada para 2018. A FENADEPOL já se posicionou por meio de nota pública afirmando ser sabedora da necessidade de uma reforma, desde que seja justa e antecedida de medidas que corrijam as distorções, como o verdadeiro combate às fraudes e à corrupção e aos desvios de dinheiro público. As medidas propostas pela FENADEPOL se encontram nas páginas desta edição. A luta por uma reforma justa continuará sendo defendida em 2018 pela entidade. Igualmente, publicamos aqui um resumo das principais ações da FENADEPOL no ano que passou.

Depois de sete anos e meio, deixou a Direção Geral da PF o Delegado Leandro Daiello, o mais longo Diretor da instituição, a quem prestamos nossas homenagens pelo seu esforço, dedicação, lisura e honestidade ao conduzir por tanto tempo e enfrentando tantos revezes, a nossa querida Polícia Federal.

Assim, em 20 de novembro de 2017, assumiu o importante cargo de Diretor Geral da Polícia Federal, o Delegado Fernando Queiroz Segóvia, que os leitores poderão conhecer melhor lendo nossa matéria de capa, pois nesta última edição do ano de 2017 pensamos em brindar nossos leitores com uma matéria de interesse da sociedade brasileira: quem são e o que pensam as pessoas que levarão adiante, em 2018, uma das instituições de maior credibilidade do país:

a Polícia Federal.

No ano que se inicia, muitas lutas serão travadas pela equipe do Delegado Segóvia, tanto na Direção Geral como nas Superintendências Regionais. Os olhos da sociedade brasileira estarão postos nessa nova equipe pois sabemos da grande responsabilidade e compromisso público que os aguarda. Resta-nos apoiá-los e desejar que Deus os ilumine em suas decisões.

Não poderia deixar de fazer um especial agradecimento ao Dr. Sandro Torres Avelar, que ocupou a Presidência da FENADEPOL e renunciou, no mês de dezembro, por ter sido convidado para o importante cargo de Diretor Executivo da PF, substituto legal do Diretor-Geral. A ele nossos votos de êxito e sucesso na nobre e árdua missão. Conte sempre conosco amigo!

Num ano onde a Operação Lava Jato foi a grande protagonista, conclamamos a opinião pública e a imprensa a acompanharem as decisões que a justiça tomará acerca dos 300 inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, onde apenas 7 tem denúncia oferecida pela PGR e somente 3 em julgamento, até agora.

Ainda em 2018 elegeremos novos representantes no Legislativo e na Presidência da República. Nosso destino estará em jogo nessas escolhas e por isso será maior nossa responsabilidade.

Parafraseio Denis Waitley, escritor americano: “temos duas escolhas nesta vida: uma é aceitar as coisas como são; a outra é assumir a responsabilidade de mudá-las.”

Boa leitura!

FENADEPOL - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL

CNPJ: 00.419.211/0001-63 / www.fenadepol.org.br

SAS Quadra 5 | Bloco K | Ed. Ok Office Tower | Salas 414/415 | Brasília-DF | CEP 70070-050

DIRETORIA DA FENADEPOL TRIÊNIO 2016-2019

DIRETORIA EXECUTIVA

Viviane da Rosa
PRESIDENTE

Clayton da Silva Bezerra
VICE PRESIDENTE
RELAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS

Antônio Barbosa Gois
SECRETÁRIO GERAL

João César Bertosi
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

Valmir Lemos de Oliveira
DIRETOR DE FINANÇAS

Algacir Mikalovski
DIRETOR DE FINANÇAS ADJUNTO

Eziel Ferreira dos Santos
DIRETOR JURÍDICO

Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco
DIRETORA PARLAMENTAR

Marcelo Zaturansky N. Itagiba
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rodrigo de Melo Teixeira
DIRETOR DE DEFESA DE PRERROGATIVAS

Miranjela Maria Batista Leite
DIRETORA DE ASSUNTOS DE APOSENTADOS

EDITORA

Talita Silva dos Reis
JORNALISTA PROFISSIONAL - 0003654/CE

José das Graças de Oliveira
DIRETOR EXECUTIVO

Maria Rivanilde Oliveira Marques
DIRETORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Marcos Santos
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Nício Brasil Lacorte
1º SUPLENTE

Ecler Maria Ritter
2º SUPLENTE

CONSELHO FISCAL

Bolivar Steimetz
CONSELHEIRO FISCAL

Paulo Licht de Oliveira
CONSELHEIRO FISCAL

Enio Freitas Sibidal
CONSELHEIRO FISCAL

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

José Milton Rodrigues
1º SUPLENTE

Vantuil Luís Cordeiro
2º SUPLENTE

Textos

Talita Reis, Edson Luiz, Agência Brasil, EFE, Portal da PF, Correio Braziliense, Carta Capital.

Hermínio Oliveira
FOTOS

Edstudio Art & Design
CAPA E DIAGRAMAÇÃO

PF EM AÇÃO

- Ações realizadas pela PF em todo o Brasil

FENADEPOL EM AÇÃO

- Retrospectiva da Fenadepol no ano 2017

ECONOMIA

- IBGE revisa PIB e economia teve queda menor que a anunciada em 2015: 3,5%
- Crescimento será “mais forte e melhor distribuído” em 2018, segundo Lagarde
- Produção de camarão volta a crescer e movimentar a economia no CE e RN
- Nunes afirma que suspensão da Venezuela deu “maior liberdade” ao Mercosul
- Brasil e México avaliam ampliação do comércio bilateral

EDUCAÇÃO

- Brasil pode levar 76 anos para adequar nível de leitura de todos os alunos
- Governo lança programa para levar internet de alta velocidade às escolas do país
- Projeto cultural beneficia alunos de Caucaia, em Fortaleza

CAPA

- A nova cara da PF

SAÚDE

- Campanha Dezembro Vermelho alerta sobre prevenção à AIDS e ao HIV
- Novembro Azul : mês mundial de combate ao câncer de próstata

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

- Cientistas do Brasil e da França fazem parceria em estudo de combate ao câncer
- Brasil ganha 5 medalhas na Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica
- Governo anuncia ganhadores de prêmio sobre substituição de animais em pesquisas

TURISMO

- Como encarar as 284 curvas da estrada da Serra do Rio do Rastro
- Os melhores lugares para viajar gastando pouco em 2018



PF combate fraudes em licitações em prefeituras no sul da Bahia



Vista da Cidade Histórica de Porto Seguro

A Polícia Federal deflagrou a Operação Frateros, para desarticular organização criminosa criada por prefeitos (pertencentes à mesma família) responsáveis por fraudar licitações nas prefeituras de Eunápolis, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, todas no extremo sul da Bahia.

Cerca de 250 policiais federais, com apoio de 25 auditores da Controladoria-geral da União e de membros do Ministério Público Federal, cumpriram, nos estados da Bahia, São Paulo e Minas Gerais, 21 mandados de prisão temporária, 18 de condução coercitiva e 42 de busca e apreensão, expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As investigações apontam que as prefeituras envolvidas contratavam empresas relacionadas ao grupo familiar para fraudar licitações, simulando a competição entre elas. Após a contratação, parte do dinheiro repassado pelas prefeituras era desviado, utilizando-se de “contas de passagem” em nomes de terceiros para dificultar a identificação do destinatário final dos valores arrecadados, que, em regra, retornavam para membros da organização

criminosa, inclusive através repasses a empresa de um dos prefeitos investigados. Essas mesmas empresas também eram utilizadas para a lavagem do dinheiro ilicitamente desviado.

Em um dos casos investigados, foi observado que uma das empresas do esquema tinha como sócio um ex-funcionário de outra empresa do grupo criminoso, que teria investido 500 mil reais na integralização do capital. Os policiais federais descobriram, no entanto, que a renda mensal do ex-funcionário era de apenas R\$ 800,00 na época.

Os contratos fraudados somam aproximadamente 200 milhões de reais. Os policiais identificaram uma verdadeira “ciranda da propina”, na qual as empresas dos parentes revezavam as vitórias das licitações para camuflar o esquema e, em muitos casos, chegavam ao extremo de repassar a totalidade do valor contratado na mesma data do recebimento a outras empresas da família.

Os investigados responderão pelos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, corrupção ativa e passiva e lavagem de capitais.

PF investiga desvio de recursos públicos no interior paulista

A Polícia Federal deflagrou a Operação Cajado, que investiga fraudes e desvios de recursos públicos ocorridos durante a administração do ex-prefeito de Guarani d'Oeste/SP. Foram cumpridos dois mandados de prisão temporária e dois mandados de busca e apreensão nas cidades de Guarani d'Oeste/SP e Turmalina/SP.

As investigações constataram que o ex-prefeito Guarani d'Oeste foi responsável por uma série de fraudes e ilegalidades durante sua administração. Estimativas iniciais da PF apontam para prejuízos ao município que ultrapassam a cifra de R\$ 4 milhões entre desvios e dívidas contraídas. Em um dos contratos suspeitos, uma empresa jurídica do Espírito Santo recebeu mais de R\$ 130 mil da Prefeitura por serviços que, além de não terem sido prestados como contratados, ocasionaram multas e juros milionários ao município. Parte dos valores pagos a esta empresa foi recebida pelo ex-prefeito de Turmalina/SP.

A PF também identificou pagamentos suspeitos de verbas trabalhistas, com recursos da Repatriação do Governo Federal, a alguns assessores do ex-prefeito municipal, no último dia do seu mandato. Mais de R\$ 120 mil foram pagos em indenização de férias e licenças-prêmio.

Outro fato que também está sendo apurado é a aprovação de vários servidores comissionados em um Concurso Público Municipal.

O nome da operação foi utilizado em alusão a um ditado popular que faz menção à obtenção de um resultado duplo (prisão de dois ex-prefeitos) com apenas uma ação (investigação de uma prefeitura).

Os investigados serão indiciados pelos crimes de associação criminosa, apropriação indébita previdenciária, desvios de verbas públicas, peculato e estelionato. Após ouvidos pela autoridade policial, serão conduzidos para presídios da região, onde permanecerão à disposição da Justiça Federal.



PF prende 2 com armas, munições e produtos de descaminho

A Polícia Federal prendeu dois policiais militares com armamentos, munições e produtos decorrentes de descaminho. A prisão ocorreu na cidade de Bom Jardim/GO, município situado a 30 km de Barra do Garças/MT.

O flagrante foi realizado a partir de uma denúncia anônima, dando conta que dois indivíduos estariam trazendo produtos ilícitos do Paraguai.

Policiais federais identificaram o veículo investigado chegando à cidade de Bom Jardim. Na abordagem, os agentes verificaram que os ocupantes do veículo eram policiais militares, um da ativa e outro aposentado, vinculados à PM de Bar-

ra do Garças. Os suspeitos levavam consigo duas pistolas calibre .380, várias munições .22, um rifle com luneta calibre 22, várias munições .357, além de perfumes, brinquedos e outras mercadorias de descaminho.

O material foi apreendido e os suspeitos foram conduzidos para a Delegacia da Polícia Federal em Barra do Garças para a lavratura do flagrante. Em seguida, os presos foram encaminhados para o Batalhão da Polícia Militar, onde ficarão à disposição da Justiça Federal em Goiânia/GO, responsável pela circunscrição de Bom Jardim.



PF participa de Movimento Combustível Legal em Campinas

A Polícia Federal participou do Movimento Combustível Legal em uma força-tarefa composta pela PF e outros órgãos públicos entre eles Ministério Público, Justiça Federal, Estadual, ANP, Sefaz, Ministério Público, Procon, IPEM.

O Movimento Combustível Legal foi lançado, no dia 22 de agosto de 2017, no Congresso Nacional e contou com a participação de entidades como Ajufe – Associação dos Juizes Federais do Brasil, ETCO, Fecombustíveis, Fiesp, OAB, entre outros. Propõe-se a combater os sonegadores conhecidos como devedores contumazes, que não pagam seus tributos e usam a sonegação de impostos como estratégia de negócio, prejudicando a concorrência honesta.

Em Campinas, compareceram cerca de 200 pessoas entre autoridades, empresários e convidados. A cerimônia de abertura contou com a presença do superintendente Regional da Polícia Federal em SP, Disney Rosseti, e autoridades da região.

Após cerimônia de abertura foram abordados dois painéis: no primeiro, foi debatida a eficácia



das forças tarefas no combate às fraudes do setor pelo DPF Paulo Víbrio Júnior e demais convidados. O segundo foi destinado à Operação Rosa dos Ventos, deflagrada pela PF no combate à fraude no setor de combustível. Este painel foi composto por DPF Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira, DPF Estela Beraquet Costa e o Procurador da República do Ministério Público Federal Ricardo Perin Nardi.

No final foi realizada uma cerimônia de reconhecimento ao delegado Victor Hugo Rodrigues Alves e à toda equipe integrante da Operação Rosa dos Ventos.

PF combate fraudes ao ENEM em três estados

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagram a Operação Adinamia, com o objetivo de desarticular organização criminosa que vem atuando, de forma contumaz, em esquema de fraudes a concursos públicos e processos seletivos para ingresso no ensino superior, por meio do ENEM (2016/2017), no Ceará e em outros estados da Federação.

Cerca de 90 policiais federais cumpriram 36 mandados: 21 de busca e apreensão, 4 de prisão preventiva e 11 de condução coercitiva, nos estados do Ceará (Fortaleza, Juazeiro, Barbalha, Mauriti, Abaiara e Lavras da Mangabeira), Paraíba (São José de Piranhas e Cajazeiras) e Piauí (Teresina).

As formas da fraude consistiam na violação antecipada de lacres para acesso às provas do ENEM e concursos e/ou utilização de candidato piloto e de ponto eletrônico, com a transmissão dos gabaritos. O curso de medicina é o principal alvo das fraudes

e também o mais caro, sendo pago em torno de R\$ 90 mil por vaga, sendo metade do valor pago antes do certame e metade depois de garantida a vaga.

Esse tipo de fraude tem uma repercussão social de longo alcance, para além da questão criminal, por frustrar o esforço de candidatos honestos que estudam e buscam legitimamente o acesso aos cursos de nível superior e cargos públicos.

Estão sendo investigados os crimes de fraudes a processo seletivo e concursos públicos, organização criminosa e lavagem de dinheiro, cujas penas preveem prisão de 1 a 4 anos, 3 a 8 anos e 3 a 10 anos de prisão, respectivamente, e multas.

O nome da operação é uma alusão à fraqueza moral daqueles que fraudulentamente tentam burlar a concorrência de concursos públicos para cargos públicos e processos seletivos para ingresso em cursos superiores por meio do ENEM.



PF desarticula esquema de desvio de recursos públicos em PE

A Polícia Federal, com apoio da Controladoria-Geral da União e da Procuradoria da República, deflagrou nesta a Operação Torrentes, que visa desarticular um esquema criminoso de desvio de recursos públicos, fraudes em licitações e corrupção de servidores públicos vinculados à Secretaria da Casa Militar do Estado de Pernambuco.

Aproximadamente 260 policiais federais e 25 servidores da Controladoria-Geral da União cumpriram 71 mandados judiciais, sendo 36 de busca e apreensão, 15 de prisão temporária e 20 de condução coercitiva em Pernambuco e no Pará (1 condução coercitiva). Também foram determinados o sequestro e a indisponibilidade dos bens dos principais investigados.

A investigação teve início no ano de 2016, a partir de um relatório elaborado pela CGU com relação aos gastos efetuados pela Casa Militar na cifra de R\$ 450 milhões, que lhe foram repassados pela União na denominada Operação Reconstrução, para assistência às vítimas das enchentes que devastaram diversos municípios da mata-sul pernambucana em junho de 2010. Naquela ocasião, verificou-se que, a depender do objeto licitado, funcionários da Secretaria da Casa Militar direcionavam os contratos a diversos grupos empresariais em troca de contrapartidas financeiras.

Também foram constatados fortes indícios de superfaturamento em alguns contratos recen-

temente firmados pela Secretaria da Casa Militar com recursos públicos federais na Operação Prontidão, que teve por objetivo a reestruturação dos municípios da mata sul pernambucana atingidos pelas chuvas torrenciais ocorridas em maio do corrente ano de 2017.

Os envolvidos responderão pelos crimes de peculato, fraude em licitação, corrupção ativa e passiva e associação criminosa, cujas penas ultrapassam 25 anos de reclusão.

O nome Torrentes faz alusão às enchentes que devastaram diversos municípios da mata-sul.



PF combate fraudes contra a Previdência Social na BA

A Polícia Federal, com o apoio do Núcleo de Inteligência Previdenciária da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, deflagrou a Operação Contrafeito, que visa combater a atuação de um grupo criminoso especializado em fraudes à Previdência Social.

Cerca de 50 policiais federais e 12 servidores da Previdência Social cumpriram 9 mandados de busca e apreensão na cidade de Salvador/Ba.

De acordo com as investigações, foi apurado

que o grupo atuava desde 2012 e que os envolvidos se utilizavam de documentos falsos para darem entrada em processos de requerimento de benefícios previdenciários. Na prática eram utilizados relatórios e exames médicos falsos com o auxílio de servidores do INSS, também envolvidos nas fraudes. O prejuízo até o momento R\$ 500 mil.

Os envolvidos responderão pelos crimes de estelionato contra a Previdência Social, que prevê penas de 1 a 5 anos de reclusão e multa.



PF desarticula grupo criminoso especializado no desvio de produtos químicos

A Polícia Federal deflagrou a Operação Cordus, para desarticular uma organização criminosa especializada no desvio de produtos químicos para o tráfico de drogas.

Policiais federais cumprem 47 mandados judiciais, sendo 11 mandados de prisão temporária, 7 mandados de condução coercitiva e 29 mandados de busca e apreensão nas cidades de Assis, Cotia, Diadema, Guarulhos, Jundiaí, Piracicaba, Praia Grande, São Bernardo do Campo e São Paulo, no Estado de São Paulo, e em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, todos expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo.

O inquérito policial aponta que os suspeitos utilizavam empresas atuantes no comércio de produtos químicos controlados para comprar as substâncias que eram revendidas para traficantes de drogas para o preparo da cocaína. Durante

o período da investigação, iniciada em março de 2017, foram apreendidos 925 kg de teofilina, 404 kg de cafeína e 320 litros de acetona, além de 270 kg de cocaína.

A Polícia Federal realiza o controle de empresas que comercializam produtos químicos que possam ser usados para o refino de entorpecentes ou adicionados a drogas ilícitas para aumentar o seu volume na venda para o usuário.

Os investigados serão indiciados pela prática de crimes de comercialização de produtos químicos destinados à preparação de drogas e associação para o tráfico de drogas, com penas 3 a 15 anos e multa.

Valerius Cordus, naturalista alemão, foi o primeiro a obter o éter no século XVI. O éter é uma das substâncias cujo comércio é controlado e fiscalizado pela Polícia Federal, por ser utilizado no refino da cocaína.

PF deflagra Operação Mercador de Fumaça

Polícia Federal deflagrou a Operação Mercador de Fumaça, com o objetivo de investigar um advogado que solicitava valores para influenciar no curso de processos pendentes de julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Policiais federais cumprem um mandado de prisão preventiva e dois mandados de busca e

apreensão expedidos pela Justiça Federal.

Foi apurado que o advogado teria cobrado a quantia R\$ 2 milhões de um prefeito que havia sido afastado do cargo. Parte dos valores seria utilizada para o pagamento de assessores de ministros de tribunais superiores, para viabilizar uma decisão favorável que proporcionaria um rápido retorno do prefeito ao cargo.

O investigado será indiciado pelo crime de exploração de prestígio, que prevê pena de reclusão de 1 a 5 anos, com a causa de aumento de pena de 1/3. Por já ser réu em ação penal por prática de crimes semelhantes, acusado de vender Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, a Polícia Federal representou pela prisão preventiva.

Não há qualquer indício de participação de servidores públicos nos fatos investigados.

O nome da operação se dá em razão dos crimes de tráfico de influência e exploração de prestígio serem conhecidos na prática forense como venda de fumaça.



PF coíbe fraudes no ENEM

A Polícia Federal, com apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, deflagrou a Operação Passe Fácil, visando coibir esquema de fraudes no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM. Estão sendo cumpridos 31 ordens judiciais de condução coercitiva e busca e apreensão em 13 estados (PE, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PI, PR, RN e SP), além do Distrito Federal, locais onde foi possível se detectar indícios de fraudes.

A operação buscou desvendar e desarticular esquema de candidatos interessados em fraudar o certame mediante a resolução da prova por especialistas em determinado bloco de questões de prova, chamados de pilotos, que posteriormente repassavam os gabaritos aos candidatos que os contrataram, inclusive por intermédio de pontos eletrônicos.

Os resultados ainda estão sendo computados, mas já foi possível colher depoimentos e apreensão de celulares dos investigados, sendo confirmada a participação de candidatos em fraudes em certames anteriores.

A deflagração da operação buscou garantir a lisura do certame e a igualdade entre os candida-

tos, sendo executada com discrição para não prejudicar a tranquilidade necessária para o bom andamento das provas.

Os envolvidos responderão, na medida de suas participações, pelos crimes de estelionato, uso de documento falso, fraudes em certames de interesse público, associação criminosa, cujas penas ultrapassam os 25 anos de reclusão.



PF combate desvio de verbas do FNDE em municípios paraenses

A Polícia Federal, em trabalho conjunto com a Controladoria Geral da União, deflagrou a Operação Concorrência Zero, com o objetivo de investigar fraudes em procedimentos licitatórios, ocorridas entre os anos de 2015 e 2016, no município de Castanhal/PA, envolvendo verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Cerca de 45 policiais federais e 5 servidores da CGU cumpriram cinco mandados de busca e apreensão, todos expedidos pela Justiça Federal.

As investigações se iniciaram a partir de levantamentos realizados pela CGU que indicavam possíveis irregularidades em licitações realizadas em alguns municípios paraenses. Foi identificada a constituição de Associações de Produtores Rurais no município de Castanhal com associados resi-

dentos em outro município e que exerciam ocupação não relacionada à atividade rural, bem como a utilização de documentos forjados, com o fim de participar de licitações.

Identificou-se ainda, em duas associações de produtores rurais, a coincidência de vários registros de associados, correspondendo ao total de 92% de uma das associações, o que indica a existência de associação fictícia criada para participar de processos licitatórios e receber recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Estima-se um prejuízo de aproximadamente R\$ 8 milhões, sendo que a perícia da Polícia Federal já identificou o potencial de sobrepreço de mais de R\$ 309 mil, representando 21% do total gasto pela prefeitura de Castanhal com recursos do FNDE só no ano de 2016.

PF desarticula grupo criminoso que atuava no setor de transportes no RJ

A Polícia Federal deflagrou a Operação Cadeia Velha, com o objetivo apurar a existência de uma organização criminosa que atuava no setor de transportes públicos, com apoio de parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

Aproximadamente 155 policiais federais cumpriram, nos municípios do Rio de Janeiro, Saquarema, Volta Redonda e Uberaba/MG, 6 mandados de prisão preventiva, 4 mandados de prisão temporária, 4 conduções coercitivas e 35 mandados de busca e apreensão, todos expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

A PF e o Ministério Público Federal identificaram elementos indicadores do envolvimento de autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Três deputados estaduais do Rio de Janeiro são suspeitos de participar do esquema criminoso através do recebimento de vantagens indevidas da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros

do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR).

A investigação aponta a existência de clara atuação legislativa desses parlamentares em favor dos interesses da FETRANSPOR, indicando também uma grande evolução patrimonial dos envolvidos desde que ingressaram na atividade política; e incompatível com os rendimentos inerentes aos cargos ocupados. A Receita Federal também auxiliou nas investigações.

Foram encontradas conexões entre as Operações Saqueador, Calicute, Eficiência, Quinto do Ouro e Ponto Final já deflagradas pela PF anteriormente. São investigados os crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O nome da operação é uma referência à origem das fundações do Palácio Tiradentes, sede do legislativo fluminense, local em que, no Brasil colonial, funcionava uma prisão conhecida como Cadeia Velha, para onde eram encaminhados todos aqueles que infringissem as leis da coroa portuguesa.

PF combate fraude no Fundo Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia

A Polícia Federal deflagrou a Operação Anaideia, que investiga o desvio de aproximadamente R\$ 3 milhões do Fundo Municipal de Saúde do Município de Aparecida de Goiânia/GO.

Cerca de 100 policiais federais cumpriram 49 mandados judiciais, sendo 2 mandados de prisão temporária, 28 mandados de busca e apreensão e 19 mandados de condução coercitiva, expedidos pela Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO. As ordens judiciais estão sendo cumpridas nos municípios de Goiânia/GO, Goianira/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Jataí, Rio Verde/GO, São Paulo/SP, São José do Rio Preto/SP, Pinhais/PR e Curitiba/PR.

A PF apurou que uma ex-servidora da Prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO, utilizando da função que exercia, inseriu informações falsas no sistema de pagamento e desviou recursos

que eram destinados às ações para preservação da saúde da população, creditando tais recursos em conta de uma empresa pertencente a esse companheiro. As investigações revelaram ainda que esses recursos, após terem sido desviados, foram repassados para outras empresas cujos representantes estão sendo chamados para explicar os reais motivos desses repasses.

Os investigados responderão pelos crimes de inserção de dados falsos em sistema de informação, peculato e associação criminosa, cujas penas podem alcançar 12 anos de reclusão.

O nome da operação advém da mitologia grega, em que Anaideia é uma entidade que personificava a crueldade, o desdém e o imperdoável, em alusão às consequências das condutas praticadas pelos investigados.

PF, CGU e RF deflagram a 5ª fase da Operação Lama Asfáltica

A Polícia Federal, a Controladoria Geral da União e a Receita Federal deflagram a quinta fase da Operação Lama Asfáltica, denominada Papiros de Lama, com o objetivo de desbaratar organização criminosa que desviou recursos públicos por meio do direcionamento de licitações públicas, superfaturamento de obras públicas, aquisição fictícia ou ilícita de produtos, financiamento de atividades privadas sem relação com a atividade-fim de empresas estatais, concessão de créditos tributários com vistas ao recebimento de propina e corrupção de agentes públicos.

Aproximadamente 300 policiais federais, servidores da CGU e servidores da Receita Federal cumpriram dois mandados de prisão preventiva, dois mandados de prisão temporária, seis mandados de condução coercitiva, 24 mandados de busca e apreensão, além do sequestro de valores nas contas bancárias de pessoas físicas e empresas investigadas. As medidas estão sendo cumpridas em Campo Grande/MS, Nioaque/MS, Aquidauana/MS e em São Paulo/SP.

Esta nova fase da investigação decorre da análise dos materiais apreendidos em fases anteriores, cotejados com fiscalizações, exames periciais e diligências investigativas e, ainda, corroborados por depoimentos de colaboradores, os quais participaram do esquema delituoso. Este arcabouço proba-

tório permitiu ratificar a linha investigativa adotada pela Força Tarefa acerca do modo de atuação da organização criminosa.

Restaram corroboradas as provas já existentes acerca de desvios e superfaturamentos em obras públicas, direcionamento de licitações, uso de documentos ideologicamente falsos para justificar a continuidade e o aditamento de contratos, aquisição ilícita e irregular de produtos e obras, concessão de créditos tributários direcionados, tudo com a participação de servidores públicos.

Os valores repassados a título de propina eram mascarados com diversos tipos de operações simuladas, de forma a dar falsa impressão de licitude ao aumento patrimonial dos integrantes do grupo criminoso ou de dar maior sustentação financeira aos seus projetos.

Uma das novas formas descobertas da lavagem de capitais era a aquisição, sem justificativa plausível, de obras jurídicas, por parte de empresa concessionária de serviço público e direcionamento dos lucros, por interposta pessoa, a integrante do grupo criminoso. Em virtude deste esquema, a operação foi batizada de Papiros de Lama.

Os prejuízos causados pela organização criminosa ao erário, levando-se em consideração as fraudes e as propinas pagas a seus integrantes, pas- sam dos R\$ 235 milhões.



PF combate caça ilegal no Amapá

A Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal e com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), deflagrou a Operação Órion, que investiga uma associação criminosa suspeita de realizar caça ilegal no interior da Floresta Nacional do Amapá (Flona).

Cerca de 50 policiais federais participam da operação e cumpriram 24 medidas cautelares no município de Porto Grande/AP, sendo 12 mandados de busca e apreensão e 10 mandados de condução coercitiva.

Segundo as investigações, além de caçarem ilegalmente na Unidade de Conservação, os investigados ameaçavam servidores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), descumprindo ordens de parada no posto de fiscalização, bem como intimidando os vigilantes com tiros de arma de fogo em suas residências.

Os caçadores se valiam do difícil acesso à FLO-NA e da dificuldade da fiscalização para a prática dos crimes e chegavam a abater de 30 a 50 animais por caçada, entre pacas, veados, jacarés e mutuns.

Os investigados irão responder, na medida de

suas responsabilidades, pelos crimes de caça ilegal, associação criminosa armada, ameaça e posse/porte ilegal de arma de fogo. Se condenados, podem cumprir pena de até nove anos de reclusão.

O nome da operação é oriundo da mitologia grega, em que Órion foi um gigante caçador, um dos melhores a serviço de Ártemis.



PF investiga associações fantasmas

A Polícia Federal deflagrou a Operação Inciso XX, para coibir a prática de estelionato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, além de outras fraudes.

Foram cumpridos 30 mandados judiciais, nas cidades de Pará de Minas, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, sendo 12 mandados de busca e apreensão, 9 mandados de prisão temporária e 9 mandados de condução coercitiva; todos expedidos pela 1ª Vara da Subseção Judiciária da Justiça Federal de Divinópolis/MG.

A investigação teve início em outubro de 2015, após denúncia de dois servidores da Universidade Federal da Bahia. Foi identificada uma organização criminosa que seria responsável por diversas fraudes, que possibilitariam descontos indevidos em folhas de pagamento de servidores públicos federais, a título de contribuição associativa.

O grupo criminoso também teria criado associações fantasmas para, por meio delas, apresentar autorizações falsas ao setor de pagamento dos ser-

vidores federais, para desconto de contribuições associativas em folha. Milhares de autorizações falsas, sem o conhecimento ou consentimento do servidor, foram identificadas. Os valores seriam repassados para contas das associações fantasmas, que depois seriam sacados pelos integrantes da organização criminosa. A Justiça Federal de Divinópolis também determinou o bloqueio das contas utilizadas pela quadrilha e também a desconstituição de referidas associações.

Todos os presos serão encaminhados para a Superintendência da PF em Belo Horizonte e posteriormente ao sistema prisional, onde permanecerão à disposição da Justiça. Poderão cumprir até 23 anos, se forem condenados.

O nome da operação faz alusão ao artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre os direitos e deveres individuais e coletivos o teor de seu inciso XX: “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”.

PF combate compartilhamento de pornografia infantil na internet no CE

A Polícia Federal deflagrou a Operação Infância Digna VI, com o objetivo de combater crimes de pornografia infantojuvenil na internet.

Cerca de 24 policiais federais cumpriram cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal do Ceará, sendo dois no município de Nova Russas e três na capital cearense.

Um homem, de 39 anos, natural de Nova Russas, foi preso em flagrante na posse de fardo material com conteúdo pornográfico infantojuvenil, no município de Nova Russas. Ele foi autuado em flagrante como incurso no art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi arbitrada a fiança e ele responderá ao processo criminal em liberdade.

O material apreendido foi encaminhado à perícia para a identificação de pessoas que tenham trocado fotografias e vídeos com o autuado.



Essa é a sétima prisão em flagrante pelo crime de posse de material pornográfico infantojuvenil realizada no Ceará, pela Polícia Federal, no ano de 2017. Nesse mesmo período, foram cumpridos 28 mandados de busca e apreensão em residências com a finalidade de coibir o crime de pedofilia.

PF prende estelionatário em Cachoeiro do Itapemirim/ES



A Polícia Federal prendeu em flagrante um despachante que atuava na intermediação de requerimentos de autorização para aquisição de arma de fogo no Espírito Santo.

Ele apresentava, para instruir os requerimentos, certidões negativas obtidas mediante modificações sutis na qualificação do requerente, que,

devido a uma falha no sistema do TJ/ES, eram emitidas a pessoas que respondiam a ações penais.

Uma vez constatada a apresentação de dois novos requerimentos instruídos com documentação irregular, foi-lhe dada voz de prisão em flagrante.

O despachante foi preso por tentativa de estelionato, crime com pena máxima de quatro anos e meio de prisão, uma vez que pretendia induzir a erro os funcionários responsáveis pela análise e decisão dos pedidos e desta forma obter vantagem indevida para seus clientes e para ele próprio, pois cobrava pelos serviços.

Após a lavratura do auto, o preso foi encaminhado ao presídio estadual em Cachoeiro e solicitada sua prisão preventiva.

Vale mencionar que o despachante já responde ação penal de improbidade administrativa perante a Justiça Federal em Vitória, acusado de envolvimento em uma série de irregularidades semelhantes, que, inclusive, geraram a demissão de servidor envolvido.



PF investiga fraude em licitação no interior do Rio Grande do Sul



A Polícia Federal, com apoio da Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, deflagrou a Operação Laranja Mecânica, para desarticular organização criminosa especializada em fraudar licitações para obtenção de contratos públicos de prestação de serviços de transporte escolar.

Cerca de 150 policiais federais e 6 auditores da CGU cumpriram 36 mandados de busca e apreensão, 5 de prisão temporária e 4 ordens judiciais de afastamento da função pública nas cidades de Santana do Livramento, Dom Pedrito, Rosário do Sul, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana.

As investigações tiveram início em setembro de 2016 para apurar o conluio entre empresários com o objetivo de frustrar o caráter competitivo da licitação de transporte escolar nos municípios de Santana do Livramento e Dom Pedrito. Acordos previamente estabelecidos definiam quais as empresas ficariam responsáveis por determinadas linhas, de maneira que todas obtivessem contratos nesses municípios. O valor pago pela prefeitura de

Santana do Livramento à empresa prestadora de serviço de transporte escolar ultrapassou R\$ 5 milhões em 2016.

Além da fraude no processo licitatório, a investigação identificou casos em que os serviços previstos eram executados fora dos padrões mínimos exigidos pela lei ou pelo edital, com veículos em condições precárias. Também foi apurado que, frequentemente, os serviços não eram prestados, embora atestados por diretores de algumas escolas em troca de caronas, viagens, festas e até mesmo pagamento em dinheiro.

Em Santana do Livramento, um vereador teria solicitado e recebido vantagem indevida de um empresário para interceder junto ao poder executivo municipal em procedimentos de fiscalização que a prestadora de serviço de transporte escolar vinha sofrendo.

Os crimes apurados são fraude à licitação, estelionato, falsidade ideológica, corrupção ativa, organização criminosa e ameaça.



PF desarticula grupo que atuava como verdadeira instituição financeira

A Polícia Federal e a Receita Federal deflagram a Operação Ouro de Ofir, com o objetivo de desarticular organização criminosa que atua na forma de uma verdadeira instituição financeira clandestina perpetrando golpes para induzir pessoas a investir quantias em dinheiro, com o escopo de obter lucros financeiros exorbitantes.

Aproximadamente 70 policiais federais, servidores da Receita Federal e policiais militares cumpriram 11 mandados de busca e apreensão, 4 mandados de prisão temporária e 4 mandados de condução coercitiva, nas cidades de Campo Grande/MS, Terenos/MS, Goiânia/GO e Brasília/DF.

O estratagemma criminoso era baseado na existência de uma suposta mina de ouro que foi explorada há muito tempo e cujos valores oriundos das comissões para a revenda estariam sendo repatriados e cedidos, vendidos ou até mesmo doados a terceiros, mediante pagamentos. Existe, inclusive, a esdrúxula figura de contrato de doação mediante pagamento. Outra modalidade de engodo é a promessa de liberação de uma antiga Letra do Tesouro Nacional – LTN.

Estima-se que milhares de indivíduos tenham sido induzidos a investir em um proje-

to, cujos contratos não possuem lastro ou objeto jurídico plausível (os nomes eram Operação SAP e AUMETAL). Os investidores eram induzidos a depositar quantias para ter uma lucratividade de mais de 1.000% (algo desproporcional e insustentável financeiramente). Também eram falsificados documentos de instituições públicas federais na tentativa de oferecer credibilidade ao que era repassado às vítimas.

O nome da Operação Ouro de Ofir é baseado em uma cidade mitológica da qual seria proveniente um ouro de maior qualidade e beleza. Tal cidade nunca foi localizada e nem o metal precioso dela oriundo.



PF combate a exploração de jogos de azar

A Polícia Federal deflagrou a Operação Segue o Jogo, com objetivo de combater a exploração de jogos de azar por intermédio de máquinas caça-níqueis que possui em sua composição componentes eletrônicos cuja importação é proibida pela legislação brasileira.

Aproximadamente 22 policiais federais cumpriram 4 mandados de busca e apreensão em estabelecimentos comerciais da cidade, resultando na apreensão de 14 máquinas caça-níqueis.

Durante a investigação em outro inquérito po-

licial que apurava crime de contrabando para fins comerciais de máquinas caça-níqueis, a PF recebeu informações de que alguns dos ora investigados continuavam a atuar no ramo de exploração de jogos de azar com a utilização de máquinas caça-níqueis, mesmo após já terem sido presos pelos mesmos crimes no passado.

Os investigados responderão pelo crime de contrabando, cuja pena poderá chegar a cinco anos de reclusão.



Para FENADEPOL, reforma da Previdência Social não pode prejudicar trabalhador

O ano de 2017 foi de avanços na luta por melhorias e na manutenção dos direitos da categoria, principalmente no que se refere a Reforma da Previdência, que será votada em 2018, quando terminar o recesso do Legislativo. No final do ano, a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (FENADEPOL) divulgou uma nota pública mostrando a preocupação sobre os desdobramentos das negociações em curso.

Na nota, a FENADEPOL alerta que o traba-

lhador brasileiro não pode ser penalizado, enquanto o Estado não faz sua parte para acabar com a burocracia, com as fraudes, com a corrupção e os desvios do dinheiro público. “Uma Reforma Previdenciária não pode ser injusta a ponto de ignorar itens básicos como regra de transição para todos os que estão em atividade e que possuem expectativas em relação ao seu futuro”, afirma o documento, elencando ainda outros fatores que afetam os trabalhadores brasileiros. Veja a seguir a Nota Pública na íntegra:



“A Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Instituição que congrega todos os Sindicatos da categoria, vem expressar sua preocupação e inconformismo com a Reforma da Previdência, que teve sua votação na Câmara dos Deputados adiada para fevereiro de 2018. Não se está a pregar que o Brasil não deve ter uma reforma previdenciária, mas defensável é a ideia de que somente aconteça depois que alguns pressupostos sejam alcançados, como por exemplo:

a) efetivo trabalho de cruzamento de sistemas dos diversos Órgãos Públicos para acabar com as fraudes bilionárias contra o INSS (representa anualmente quase todo o valor do pretenso “déficit” alegado - R\$ 143 bi);

b) cobrança dos grandes devedores ativos (não falidos) perante a Previdência Social, cujo montante também é bilionário e pode ser realizada mediante aprovação de lei proposta pela PGFN que sugere uma execução fiscal administrativa, como é na Europa (muito mais célere e eficiente);

c) efetivo fim da DRU em desvincular 30% dos cofres públicos referente às contribuições para a Seguridade Social para outros fins, cuja tributação abastece também a Previdência Social - tais contribuições devem constar concretamente das contas do governo para apuração de déficit ou superávit;

d) consideração do Custeio para a Seguridade Social dos valores advindos de percentuais de loterias públicas (100% do líquido) e privadas (5% do bruto), pois são quantias que devem compor as contas, conforme o Artigo 195, inciso III da Constituição Federal;

e) consideração do Custeio para a Seguridade Social dos valores advindos do DPVAT de todo o país, em que 45% devem seguir para este financiamento de Previdência, Assistência e Saúde;

f) Efetivo trabalho de combate à sonegação previdenciária e apropriação indébita previdenciária, cujos montantes somados correspondem a bilhões de reais anuais que deixam de ingressar nos cofres públicos.

Enfim, da leitura desses pressupostos, fica a pergunta: quem são os verdadeiros privilegiados do nosso país? Certamente não são os servidores públicos. Se o Governo Federal empreender esforços em concretizar algumas das tarefas acima

elencadas, mormente em relação às fraudes, poderá, então, praticamente dirimir o problema atual das contas previdenciárias, deixando a Reforma, propriamente dita, para uma etapa seguinte.

Mas propugnamos por uma Reforma que assegure o respeito aos trabalhadores do Brasil, tão maltratados pelo descaso público. Bilhões de reais são mal geridos, bilhões de reais foram desviados em corrupção e não pode essa “fatura” ser paga por quem cumpre sua jornada de trabalho corretamente e paga seus impostos e tributos.

Uma Reforma Previdenciária não pode ser injusta a ponto de ignorar itens básicos como regra de transição para todos os que estão em atividade e que possuem expectativas em relação ao seu futuro.

Aliás, para nós, policiais da União, a PEC não faz diferenciação de gênero, impondo a mesma idade mínima para homens e mulheres, muito diferente do aplicado para as outras categorias de trabalhadores. Lamentável inconstitucionalidade: patente, inequívoca e injusta.

A FENADEPOL apela ao bom senso dos parlamentares e dos governantes, neste final de ano de tanta turbulência. A Dignidade Humana é núcleo mais essencial a ser respeitado, e avançar com a Reforma da Previdência em 2018, sem as providências preliminares acima apontadas e sem conferir tratamentos equânimes, quando do momento de propor as modificações constitucionais, é tripudiar sobre o ser humano, que é o policial, que põe sua vida em risco, diuturnamente, em defesa de todos os cidadãos.

Esperamos que em 2018 soprem ventos de esperança e justiça para a sociedade brasileira e que nossos objetivos de segurança, saúde, paz e prosperidade sejam alcançados.”

Ações da FENADEPOL e do SINDEPOL em 2017

Em 2017, ambas entidades atuaram de forma efetiva junto à Direção-Geral da Polícia Federal para o fortalecimento da categoria e, conseqüentemente, de toda a classe policial. No período, também foram desenvolvidas ações junto ao Poder Judiciário e no Congresso Nacional em prol da carreira e dos profissionais que nela atuam. Entre as medidas estão o Adicional de Fronteiras, a necessidade da realização de concurso público, entre outras. Veja abaixo as principais reivindicações defendidas pelas entidades:

Junto à Direção-Geral

- Acompanhamento das ações referentes à implantação do Adicional de Fronteiras, junto à Administração da PF, com a consequente publicação do Decreto nº 9.224 de 06/12/2017, que regulamenta a Lei 12.855 de setembro de 2013 e da Portaria nº 455 de 19/12/2017 que relacionou os municípios considerados localidades estratégicas.
- Acompanhamento da necessidade de realização de concurso Público para os cargos de carreira da Polícia Federal, sendo que o Senhor Diretor-Geral assegura

uma real possibilidade ainda no primeiro semestre de 2018.

- Empenho junto à Direção-Geral para a reversão das vagas de aposentados da PF para eventuais servidores que tenham o interesse de retornar à ativa, após o cumprimento dos requisitos legais. Sinalização positiva do senhor Diretor-Geral.
- Empenho junto à Direção-Geral da PF para o retorno do Processo Seletivo para o preenchimento das vagas de adido, adido adjunto e oficial de ligação nas missões no exterior.



No Judiciário

- Com referência à MP 805 que posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes entramos com ação junto à 9ª Vara Cível do STJ/DF (Nº 1016929-182017.4.01.3400) e junto ao STF, como Amicus Curiae na ADI 5849-9 da Conacate (Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado), sendo a ADI nº 5809-DF do PSD já obteve medida de vigência para surpreender a eficácia dos artigos 1º ao 34º e 40º da referida MP.

- **Ministro Lewandowski suspende vigência de artigos da MP 805/2017** - No último dia 31 de outubro, o presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 805/17 aumentando a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%. Além de targar o salário do funcionalismo, o presidente ainda mandou cancelar reajustes salariais já acordados com os servidores.

O cancelamento do reajuste teve efeito imediato para cerca de trinta carreiras. Já o aumento da alíquota de contribuição passaria a vigorar em fevereiro de 2019. O argumento do governo é de corte de despesas para o famigerado ajuste fiscal.

Temer vem adotando um conjunto de medidas que prejudicam violentamente o serviço público, como o congelamento de investimentos (teto de gastos), o fim da estabilidade do servidor, aumento da terceirização no setor público e um grande pacote de privatizações.

Entretanto, no dia 18 de dezembro, o Ministro Ricardo Lewandowski determinou a suspensão da vigência do art. 4º, I e II, § 3º e art. 5º, todos da Lei 10.887/2004 até o julgamento definitivo da demanda.

Fonte: Processo Judicial Eletrônico

No Executivo



- A FENADEPOL e o SINDEPOL, com outras lideranças de entidades ligadas à União dos Policiais do Brasil (UPB) estiveram reunidos com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. A diretora parlamentar da Federação e vice-presidente do SINDEPOL, Maria do Socorro Nunes Tinoco, participou do encontro representando os delegados federais, cujo objetivo foi debater alternativas para que a PEC 287 não retire o direito dos profissionais de segurança pública à aposentadoria policial que está assegurada no texto da Constituição Federal, para os profissionais que exercem atividade de risco. Estiveram presentes na reunião o senador José Medeiros e os deputados federais Lincon Portela (PRB/MG) e João Campos (PRB/GO).



- Em agosto, representantes da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal (PRF) se reuniram com a Subchefe da Casa Ci-

vil de Assuntos Parlamentares, Mariangela Fialek, onde foi discutida a possibilidade de aproveitamento do tempo de serviço prestados nas Forças Armadas pelos policiais. Diante da receptividade da Subchefe, foram abordados outros temas, como a Reforma da Previdência, que trarão graves prejuízos a todas as categorias, como o tempo de serviço para as mulheres e a injusta regra de pensão por morte para as categorias. Estiveram presentes ao encontro, a presidente da FENADEPOL e do SINDEPOL, Viviane da Rosa; os presidentes da ABRAPOL, Paulo Ayran, da APCF, Marcos Camargo e do SINDEPOL-DF, Flávio Werneck e o diretor Jurídico da FENAPRF, Marcelo Azevedo.



dência, necessárias para protocolar três emendas parlamentares na secretaria da Comissão Especial. Foram protocoladas três emendas (66, 67 e 68), em tempo hábil, todas com mais de 220 assinaturas.

No Legislativo

- A FENADEPOL e o SINDEPOL participaram da sessão da Comissão de Tributação e Finanças, em agosto de 2017, para discutir a Regulamentação do Funapol (Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal) destinando os recursos disponíveis para a própria PF.
- Representantes da FENADEPOL e SINDEPOL participaram da primeira audiência pública para discutir a Reforma da Previdência – PEC 287, em 6 de março, perante a comissão de parlamentares que irá proferir parecer à proposta. Outra audiência foi realizada em 10 de maio, que contou, igualmente, com a presença das lideranças das entidades.
- Em março, lideranças da UPB, incluindo a presidente da FENADEPOL e do SINDEPOL, Viviane da Rosa, e a diretora parlamentar e vice-presidente, Maria do Socorro Nunes Tinoco, iniciaram uma corrida para recolher as 660 assinaturas referentes ao texto da Reforma da Previ-

- A FENADEPOL e o SINDEPOL também participaram ativamente junto aos parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) pela admissibilidade da PEC 412 (Autonomia da Polícia Federal). As ações capitaneadas pela Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) contaram com apoio dos movimentos sociais Orgulho Nacional, Nas Ruas, Avança Brasil, Patriotas, República de Curitiba e Brava Gente Brasileira. Seus ativistas, Carla Zambelli, Fábio Constantino, Narli Rezende, Edeli de Almeida, Maurício Vidal e Karla Vidal dentre outros, se fizeram presentes com um número expressivo de seguidores. A entrega de meio milhão de assinaturas ocorreu no dia 25 de outubro.

Audiência pública na CPI da Previdência



No dia 17 de agosto de 2017, durante uma audiência pública da CPI da Previdência no Senado, o representante da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Delegado Marcelo Bórsio, único representante de entidade de classe presente à mesa, disse não acreditar que a Previdência esteja no vermelho. Para ele, na hora de fazer as contas, é preciso considerar o orçamento da Seguridade Social como um todo, sistema que engloba os recursos da área da saúde e de assistência social, além das aposentadorias e pensões. Nesse caso, afirmou, o saldo seria positivo. Segundo Bórsio, antes de propor uma reforma, o governo deveria centrar seus esforços em combater a sonegação e as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O questionamento de Bórsio foi para rebater as afirmações do secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, que disse que o saldo da Previdência em 2016 foi negativo (R\$151,9 bilhões). Para assegurar o equilíbrio da Previdência, Bórsio defendeu também o fim das desonerações das contribuições previdenciárias para as empresas. Hoje, vários setores podem calcular as contribuições previdenciárias devidas sobre a receita bruta da companhia e não pela folha de pagamento, o que reduz o dinheiro que entra no caixa da Previdência. O secretário da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, Jorge Rachid, concordou com a opinião do representante da FENADEPOL, afirmando que, em cinco anos, as desonerações somaram 78 bilhões. O DPF Bórsio já havia participado de outras audiências junto à CPI da Previdência como representante da FENADEPOL. (Com Agência Senado).

Foram realizadas Assembleias Ordinárias e Extraordinárias da FENADEPOL em 10 de maio, no Rio de Janeiro, 19 de outubro, em Santa Catarina e 20 de novembro, no Distrito Federal, oportunizando uma maior aproximação da Diretoria da FENADEPOL com os seus filiados nas representações regionais.





AÇÕES EM PARCERIA COM O SINDPF/RJ

A FENAEPOL apoiou a publicação de obras lançadas pelo SINDPF/RJ com assuntos de interesse do mundo jurídico e especialmente dos profissionais de segurança pública: “Do mandato de busca e apreensão”, “Repressão ao crime de abuso sexual contra crianças e adolescentes”, O delegado conciliador” e ” Vingança digital” (estes dois últimos da série Pensamentos Acadêmicos).

Igualmente apoiou eventos organizados pelo SINDPF/RJ como: Seminário do Dia Internacional da Mulher, em 10 de março de 2017, Simpósio sobre Mandato de Busca em 10 de maio de 2017, Palestra “ Medidas Protetivas determinadas pelo delegado de Polícia na defesa dos idosos”, em 14 de julho de 2017, com a presença da deputada federal Cristiane Brasil e Seminário sobre Pedofilia.



Também apoiou a importante Ação Social “Federal Kids– Todos Juntos com a Polícia Federal no Combate a Pedofilia”, organizada e promovida pelo SINDPF/RJ. A corrida teve a participação de pais e filhos e a largada ocorreu na Praça Mauá, próximo ao Museu do Amanhã, contando com um expressivo número de participantes.

Publicação de quatro edições da revista FENAEPOL com as seguintes matérias de capa:

- Janeiro/Febrero: PEC 287/2016
- Março/Abril: Lava jato



- Maio/Junho: Autonomia da PF
- Julho/Agosto: Adidâncias da PF
- Setembro/Outubro: Ações SINDPF/RJ
- Novembro/Dezembro: A nova cara da PF

FENAEPOL e SINDEPOL participam da criação da União dos Policiais do Brasil

No dia 21 de dezembro de 2016, diversas entidades representativas de categorias da segurança pública se reuniram em Brasília para criar o movimento que deu origem à União dos Policiais do Brasil (UPB). Na ocasião, foi definido pelos presentes que em 8 de fevereiro de 2017 seria o Dia Nacional de Mobilização, quando foram definidos atos em defesa da aposentadoria do policial, que está ameaçada pela Proposta de Emenda Constitucional 287/2016, a PEC da chamada Reforma da Previdência.

Outro importante passo dado pela União dos Policiais foi a criação de um fundo nacional para receber recursos dos grupos membros, com o objetivo de financiar e promover a organização das ações e mobilizações futuras. A Fenaepol e o Sindepol são membros atuantes da UPB, representada pela sua presidente, Viviane da Rosa e pela Assessora Parlamentar, Maria do Socorro Nunes Tinoco.

Esforço conjunto

A União dos Policiais Brasileiros nasceu da proximidade de categorias da Segurança Pública na luta contra o fim da aposentadoria policial. Fizeram parte da UPB, as seguintes entidades:

- ABC – (Associação Brasileira de Criminalística)
- ABRAPOL – (Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais)
- ADEPDEL – (Associação de Defesa de Prerrogativas dos Delegados de Polícia da Paraíba)
- ADEPOL BRASIL – (Associação Nacional dos Delegados Policiais Civis)
- ADPESP – (Associação de Delegados de Polícia do Estado de São Paulo)
- ADPF – (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal)
- AMPOL – (Associação Nacional das Mulheres Policiais)
- ANEPF – (Associação Nacional dos Escrivães Polícia Federal)
- APCF – (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais)

- APCN – (Associação das Polícias do Congresso Nacional)
- CENTRAPOL – (Central Única Nacional dos Policiais Federais)
- COBRAPOL – (Confederações Brasileiras dos Policiais Cíveis dos Estados)
- CONCPD – (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil)
- CNPFF – (Confederação Nacional dos Policiais Ferroviários Federais)
- CONGM – (Conferência Nacional das Guardas Municipais)
- FEBRASP – (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários)
- FENAEPOL – (Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal)
- FENAGUARDAS – (Federação Nacional dos Sindicatos de Guardas Cíveis)
- FENAPEF – (Federação Nacional dos Policiais Federais)
- FENAPPI – (Federação dos Peritos em Papiloscopistas e Identificação)
- FENAPRF – (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais)
- FENASPEN – (Federação Nacional dos Servidores Penitenciários)
- FENDEPOL – (Federação Nacional Sindicatos Delegados Policiais Civis)
- OPB – (Ordem dos Policiais do Brasil)
- SINDEPO-DF – (Sindicato dos Delegados de Polícia do DF)
- SINDEPOL-DF – (Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no DF)
- SINDEPOL-GO – (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Goiás)
- SINDIPOL-DF – (Sindicato dos Policiais Federais do DF)
- SINDPESP – (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo)
- SINPOC-DF – (Sindicato dos Peritos Oficiais Criminais do DF)
- SINPOL-DF – (Sindicato dos Policiais Cíveis do DF)



UPB leva 5 mil policiais à Brasília

Cerca de 5 mil policiais de todo o Brasil estiveram em Brasília no dia 8 de fevereiro para protestar contra a PEC 287/16, que retira da Constituição o artigo que reconhece a atividade de risco dos profissionais de segurança pública nos critérios de concessão da aposentadoria. O ato público intitulado como “Dia Nacional em Defesa da Aposentadoria dos Profissionais de Segurança Pública” iniciou com a concentração de policiais no gramado em frente ao Congresso, onde foi montado um cemitério com cruzes, lápides e faixas. Foi a primeira grande manifestação desde a criação da UPB.

A abertura do evento contou com a participação de 27 parlamentares de diversos partidos políticos que apoiam a causa dos profissionais de segurança pública. Após os discursos dos parla-

mentares, e de alguns presidentes de entidades participantes da UPB, os manifestantes saíram em caminhada contornando o Congresso Nacional.

O objetivo da manifestação foi o de chamar atenção das autoridades sobre a ameaça à sociedade que é ter uma polícia cada vez mais envelhecida nas ruas. Pelas novas regras, para obter aposentadoria integral, o policial terá de contribuir por 49 anos, aposentando-se próximo aos 70 anos de idade, o que excede a previsão de expectativa de vida da categoria.

A União dos Policiais do Brasil (UPB) também realizou assembleia extraordinária unificada em frente ao Congresso Nacional, no dia 16 de março, com o objetivo de fortalecer a luta contra PEC 287, da Reforma da Previdência.

Federação e SINDEPOL apoiam Movimento Acorda Sociedade



Em setembro, a FENADEPOL e o SINDEPOL participaram da reunião do Movimento Acorda Sociedade (MAS), realizado na sede do conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. O movimento é supra institucional e apartidário, e foi criado em janeiro de 2017 na necessidade de alertar, denunciar os retrocessos da PEC 287/2016 e ao mesmo tempo somar esforços no sentido mobilizar a sociedade brasileira para um debate nacional, congregando em torno de 24 entidades da sociedade civil organizada, dentre elas a ANFIP, ENAFISCO, ANPREV, ANAJUR, SINPROFAZ, ANAUNI, AUDTCU e a UPB (União das Polícias do Brasil).

As discussões preponderantemente giraram em torno da necessidade de serem estabelecidas ações que possam mobilizar a sociedade contra os diversos ataques que estão sendo desencadeados contra os servidores públicos e os trabalhadores em geral pela Reforma da Previdência. Estiveram presentes vários representantes da UPB: APCF, FENAPEF, APCN, AMPOL, PRF, CONGM, OPB e da CONACATE.

Em diversos momentos foi salientado o excelente trabalho desenvolvido pela Polícia Federal que está sendo uma referência de reserva moral do país. Durante a reunião foram discutidas várias ações que poderão ser executadas

pelas entidades presentes no intuito de mobilizar a sociedade brasileira contra a Reforma da Previdência.

Outras ações da FENADEPOL

A partir de Outubro de 2017, a FENADEPOL passou a integrar a Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado – CONACATE, juntamente com as seguintes entidades:

- FENALEGIS - Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais.
- FENALE - Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal
- FENASTC - Federação Nacional do Servidores dos Tribunais de Contas
- SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União
- FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais
- FENAMP – Federação Nacional dos Servidores do Ministério Público
- FENAPRF – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais

IBGE revisa PIB e economia teve queda menor que a anunciada em 2015: 3,5%

A revisão do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) relativo a 2015 mostrou que a economia do país caiu naquele ano em volume 3,5% e não 3,8%. A constatação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou o Sistema de Contas Nacionais 2010-2015. Revisados, os números indicam que o PIB de 2015 fechou em R\$ 5,996 trilhões.

Os dados do Sistema de Contas Nacionais são sempre revisadas pelo IBGE durante os dois anos subsequentes ao período de referência (2015), “com a finalidade de apresentar um resultado mais detalhado e estruturado da situação econômica do país”.

As informações revisadas indicam que a maior queda por setor em 2015 ocorreu na indústria (5,8% em relação a 2014), seguida pela agropecuária (3,3%) e serviços (2,7%), o primeiro resultado negativo na série com início em 1996.

O PIB per capita caiu 4,3% fechando em R\$ 29,324 mil, em relação a 2014 – a maior queda desse indicador desde o início da série histórica em 1996. Segundo os números hoje divulgados, as quedas mais recentes ocorreram em 2014 (-0,4%), 2009 (-1,2%) e 2003 (-0,2%).

Pelos números divulgados, é possível constatar que o consumo das famílias, que representa 62,5% do PIB, caiu 3,2% em 2015, registrando a primeira queda desde o -0,4% de 2003. A taxa de investimento recuou para 17,8%, um recuo que chega a 3,1 pontos percentuais em relação ao pico da série histórica em 2013, quando a taxa de investimentos chegou a 20,9%.

Apesar da queda de 3,2% no volume do consumo das famílias entre 2014 e 2015, ainda no âmbito das famílias, a poupança teve aumento nominal de 25,2%, na mesma base de comparação.

Para o gerente de Contas Nacionais do IBGE, Carlos Sobral, “o fato de 2015 ter sido um ano de crise fez com que as famílias controlassem os gas-

tos. Além disso, em termos nominais, o crescimento da poupança é decorrência do aumento de 6,4% na renda, superior ao do consumo que cresceu naquele ano 5,4%”.

Setor externo contribui para o PIB

A revisão dos dados relativos ao Sistema de Contas Nacionais indica que o setor externo foi o único a contribuir positivamente para o PIB de 2015, com crescimento de 6,8% no volume exportado de bens e serviços, enquanto as importações fechavam em queda de 14,2% - a maior baixa desde os -15,1% de 1999.

Entre as empresas do setor financeiro, o valor adicionado bruto registrou crescimento nominal de 14,7% e alcançou R\$ 363 bilhões. Contribuíram para esse resultado as altas na taxa Selic, de 11,8% para 14,3%, na taxa de juros para pessoas físicas, de 31,2% para 35,7%, e na taxa de juros para pessoas jurídicas, de 16,6% para 19,5%.

Serviços caem

Quanto ao setor de serviços, que teve a primeira queda da série iniciada em 1996, das sete atividades pesquisadas, apenas a atividade administração, defesa, saúde, educação pública e seguridade social fechou com crescimento em relação a 2014: 0,2%.

Já a queda de 7,3% do setor de comércio foi influenciada pela retração nas vendas de produtos industriais. As atividades de comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores e comércio/reparação de veículos automotores e motocicletas, responderam por aproximadamente metade (1,4 ponto percentual) da queda do valor adicionado bruto dos serviços.

Responsável por 62,5% do PIB, a queda de 3,2% no consumo das famílias exerceu o principal impacto negativo na composição do PIB de 2015. Foi a primeira queda desde o -0,4% de 2003.



Crescimento será “mais forte e melhor distribuído” em 2018, segundo Lagarde



A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, afirmou que a recuperação da economia mundial no ano que vem será “mais forte e melhor distribuída”, para voltar aos níveis médios que precederam à crise financeira de 2007 e 2008.

“Em 2017, pela primeira vez em muito tempo, revisamos em alta as nossas previsões de crescimento no mundo. A recuperação será mais forte, melhor distribuída”, disse Lagarde em entrevista publicada pela revista “Le Journal du Dimanche”.

Esta robustez do crescimento, segundo sua opinião, “é propícia para prosseguir as reformas estruturais, quando já foram empreendidas, ou para decidir-se a lançá-las”.

A taxa de crescimento mundial de 3,6% prevista pelo FMI para o ano que começa amanhã significa, segundo Lagarde, “voltar aos níveis médios das duas décadas que precederam à grande crise financeira de 2007 e 2008”.

Lagarde acredita que a zona euro está “fortemente consolidada” a respeito de uma década atrás e a moeda “vai bem”, embora tenha defendido que a união monetária - “uma criação magistral única que constitui uma alternativa à China e aos Estados Unidos” - se traduza em outros projetos sociais e de cooperação fora da Europa.

Por outro lado, julgou que os EUA alcançaram seu potencial de crescimento, em torno de 2%, mas que somente poderiam superá-lo com uma maior produtividade, algo que é “difícil” no atual ambiente de robotização e de novas tecnologias.

Ao mesmo tempo, reiterou os pedidos do FMI às autoridades chinesas para que controlem a expansão do crédito a empresas “que nem sempre são sólidas, até o ponto que alguns as qualificam como ‘zumbis’”.

Lagarde considerou como “o grande paradoxo de 2017” o fato de que a China tenha se convertido na defensora da globalização, que se explica porque “a natureza fica horrorizada com o vazio” deixado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesse campo.

A respeito da África, previu que pode ser tanto “o continente do futuro como o dos dramas”, e muito disso dependerá do controle da demografia e das políticas de desenvolvimento.

“O desenvolvimento econômico em relação ao crescimento demográfico é uma corrida contra o relógio que se perderá se não se controla a demografia, o que acontece em primeiro lugar pela educação das mulheres e por uma tomada de consciência geral nesses países”, ressaltou.

Produção de camarão volta a crescer e movimentar a economia no CE e RN



Após um período de queda na produção de camarões devido ao ataque do vírus “mancha branca”, que já dizimou viveiros de camarão no mundo todo, os carcinicultores do Ceará e do Rio Grande do Norte comemoram o definhamento da doença.

Essa redução do vírus é consequência de ações técnicas e científicas que estão sendo adotadas principalmente pelo laboratório da fazenda Potiporã (a maior fazenda de criação de camarão em cativeiro do País), localizada no Rio Grande do Norte e que é propriedade do empresário e presidente da Associação Cearense de Criadores de Camarão, Cristiano Maia. Em decorrência dessas ações, a produção de camarão tem crescido nos últimos meses.

Cristiano Maia disse que está crescendo a demanda por camarão no Brasil, principalmente no Sudeste, para onde vai parte de sua produção. O empresário ainda aponta que o Ceará é o maior produtor nacional de camarão: em época normal, essa produção chega a 50 mil toneladas.

A mancha branca

A mancha branca é causada por um vírus que se manifesta na fase inicial de desenvolvimento, calcificando e mudando a cor do crustáceo. Ele morre e contamina os outros, por isso, produções inteiras são perdidas antes de chegar ao consumidor.

A doença foi detectada pela primeira vez na Ásia em 1993. Dois anos depois já atingia os Estados Unidos e logo chegou à América do Sul. No Brasil foi detectada em 2004. Desde então, tem afetado inúmeros criatórios de camarão do país. Em especial, do Ceará e do Rio Grande do Norte. A mancha branca apareceu no Ceará no meio do ano de 2017. Em seis meses, 30 mil toneladas de camarão foram perdidas; o equivalente a 60% da produção do período.

Consumo de camarões infectados é seguro

O vírus que causa a doença se espalha com grande facilidade, dizem os especialistas da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Há dezenas de animais transmissores, como siris e caranguejos, que não adoecem. Detalhe importante: o consumo de camarões, mesmo infectados, é seguro.

“Esse vírus não causa nenhum problema para a saúde humana, é exclusivo de invertebrados e causa doença somente no camarão”, diz Rubens Galdino Feijó, engenheiro de pesca e pesquisador da UFC.

O vírus ataca e destrói células de órgãos do sistema digestivo e respiratório dos camarões, debilita os animais e abre caminho para outras infecções por bactérias que levam à morte. Não existe cura nem vacina possível. O sistema imunológico do camarão é diferente do nosso. O que se busca é o controle.



Nunes afirma que suspensão da Venezuela deu “maior liberdade” ao Mercosul

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, afirmou que a suspensão da Venezuela deu “maior liberdade” ao Mercosul na hora de negociar acordos de livre comércio com outros países.

“A Venezuela era um fator de obstáculo nas negociações do Mercosul com outros blocos. Foi suspensa e isso deu maior liberdade de atuação aos quatro sócios fundadores”, disse Nunes durante uma conferência na Federação do Comércio de São Paulo.

Os países fundadores do Mercosul - Brasil, que exerce a presidência temporária do bloco, Argentina, Uruguai e Paraguai - decidiram no último mês de agosto aplicar contra a Venezuela a chamada “cláusula democrática” e afastar a nação caribenha do bloco.

Nunes comentou que, “durante um bom tempo”, o Mercosul sofreu “uma certa paralisia” por estar centrado em “certas questões que não respondiam à sua função original” como ente “econômico e comercial para uma criar uma zona livre comércio na região e ser uma plataforma” em nível internacional.

“O foco original foi bastante prejudicado”, acrescentou o chanceler brasileiro, fazendo alusão aos governos de esquerda à frente de vários dos países da região durante a primeira década dos anos 2000.

“Tanto no Brasil como na Argentina, para além das questões que afetavam a economia dos países pela crise, existia certa visão restritiva do livre comércio”, opinou o ministro.

Nunes participou do seminário “Política externa brasileira e ambiente empresarial: Oportunidades e Desafios” para analisar as estratégias para incrementar a exportação de marcas do país, desenvolver o comércio digital e discutir as possibilidades de fechar um acordo entre a União Europeia e o Mercosul.



Brasil e México avaliam ampliação do comércio bilateral

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, analisou, em reunião com o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Videgaray, as negociações comerciais entre os dois países. Um dos principais itens da pauta é aprofundar o Acordo de Complementação Econômica nº 53, que regula grande parte do comércio entre o Brasil e o México.

O objetivo dos dois lados é liberalizar ainda mais as trocas entre os dois países, colaborando para o crescimento econômico e a criação de mais e melhores empregos para mexicanos e brasileiros.

Também esteve na pauta do encontro o processo de aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, integrada pelo México, Chile, a Colômbia e o Peru. Os dois blocos buscam fortalecer o

diálogo e facilitar os fluxos de comércio e investimentos.

Os dois chanceleres trataram ainda de possibilidades de incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 às estratégias de cooperação técnica entre o Brasil e o México e com terceiros países.

O intercâmbio bilateral totalizou US\$ 7,34 bilhões em 2016, quando o México foi o oitavo parceiro comercial do Brasil. Os produtos industrializados representaram 94% do intercâmbio comercial.

O Brasil é um dos maiores investidores latino-americanos no México e o principal destino dos investimentos produtivos do México na América Latina.

Brasil pode levar 76 anos para adequar nível de leitura de todos os alunos



Se o país continuar no atual ritmo de melhorias no nível de aprendizado dos alunos, serão necessários 76 anos para que todos os estudantes sejam considerados proficientes em leitura ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. O cálculo é do movimento Todos Pela Educação, feito com base nos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC).

Os dados da ANA mostram que o índice de alunos com nível insuficiente de leitura em 2016 correspondia a 54,73%. Em 2014, o número estava em 56,17%, o que pode ser considerado uma estagnação na melhoria das taxas. Pela classificação, alunos nos níveis insuficientes não conseguem realizar tarefas como identificar informações explícitas localizadas no meio ou no fim de um texto, escrever corretamente palavras com diferentes estruturas silábicas ou fazer contas de subtração com números maiores ou iguais a 100.

“Isso significa que as crianças vão para o 4º ano do Ensino Fundamental sem conseguirem,

por exemplo, identificar relação simples de causa e consequência em textos pequenos, o que é uma habilidade absolutamente fundamental para a sequência escolar e para a construção de uma cidadania plena”, diz o coordenador de projetos do Todos pela Educação, Caio Callegari.

Progressos

Apesar do quadro de estagnação, o especialista acredita que ocorreram processos importantes nos últimos anos, como a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2014, que estabelece para 2024 a meta de todas as crianças estarem alfabetizadas. Ele também cita a Base Nacional Comum Curricular, em análise no Conselho Nacional de Educação, e a construção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). “A política foi bem desenhada, teve uma construção conjunta da sociedade civil. Foi um bom desenho, mas pecou na implementação”, diz.

Para Callegari, as novas ações anunciadas

pelo MEC podem representar uma melhora no cenário da alfabetização do país, mas ainda é uma política tímida para o tamanho do desafio, especialmente em relação às desigualdades regionais. “Tanto o contingente de crianças que não estão sendo alfabetizadas, quanto o ritmo muito lento de superação, quanto esse quadro inaceitável de desigualdade são fundamentais para a gente conseguir refletir quais são as necessidades em termos de políticas públicas”, ressalta.



Desigualdades

Os dados da ANA mostram que as regiões Norte e Nordeste foram as que obtiveram os piores resultados de leitura, com 70,21% e 69,15% dos estudantes apresentando nível de insuficiência, respectivamente. Esses percentuais caem para 51,22% no Centro-Oeste, 44,92% no Sul e 43,69% no Sudeste. Em estados como Maranhão, Sergipe e Amapá, o índice de crianças com nível considerado suficiente em leitura está em torno de 20%.

O especialista Ernesto Martins Faria, diretor do Portal Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), ressalta que os dados divulgados pelo MEC confirmam a dificuldade que o país tem para enfrentar as desigualdades. “É preciso ter altas expectativas e buscar dar mais recursos e suporte para as escolas que mais precisam. E é necessário, sim, ter altas expectativas já no 1º ano do Ensino Fundamental, no 2º, no 3º ano”, destaca.



Para Faria, ainda não dá para avaliar quais serão os resultados das medidas anunciadas pelo governo, pois o sucesso de uma política depende da qualidade da implementação. “A questão é complexa e passa por vários aspectos: promoção de altas expectativas nas escolas, alinhamento da Base Nacional Comum com o programa de formação e com o plano pedagógico da escola, a legitimidade que o programa terá com os docentes, entre outros aspectos”, explica.

Política

A Política Nacional de Alfabetização, anunciada pelo MEC, traz um conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Também será criado o Programa Mais Alfabetização, que deve atender, a partir de 2018, 4,6 milhões de alunos com a presença de assistentes de alfabetização, que trabalharão em conjunto com os professores em sala de aula.

A principal iniciativa da Política Nacional de Alfabetização é um programa de apoio aos estados e aos municípios, às turmas do primeiro e do segundo ano, com materiais didáticos de apoio, de acordo com a escolha dos estados e municípios, com apoio para o professor-assistente e formação continuada. O investimento corresponderá a R\$ 523 milhões em 2018.

Governo lança programa para levar internet de alta velocidade às escolas do país

O governo federal lançou no mês de novembro a Política de Inovação Educação Conectada, programa que prevê conectividade na rede de ensino do país. A medida é uma parceria entre os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pretende universalizar o acesso à internet de alta velocidade nas escolas, a formação de professores para práticas pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala.



Segundo o MEC, a etapa inicial do programa receberá R\$ 271 milhões até 2018 e deve atender a 22 mil escolas em todo o país. Desse total, R\$ 255,5 milhões serão aplicados na melhoria da infraestrutura e conexão das escolas, o que inclui a ampliação da rede terrestre de banda larga, serviços de conectividade, infraestrutura de wi-fi, compra de dispositivos e aquisição de um satélite de monitoramento.

Cerca de R\$ 15,5 milhões serão destinados ao financiamento da formação de articuladores locais, construção de plataforma para cursos online e produção de conteúdos específicos. A previsão do Ministério da Educação é que até 2024 todas as escolas do país recebam conexão de alta velocidade.

De acordo com ministro da Educação, Mendonça Filho, a medida deve beneficiar 12,8 milhões de alunos, o correspondente a 40% do total de matriculados nos ensinos fundamental e médio.

O presidente Michel Temer disse que a medida leva “o Brasil para o século 21”. “Em poucas décadas, nós sabemos, a internet transformou a vida de todos. Jamais tivemos um volume de informações tão ao alcance”, afirmou. “Agora, com essa Educação Conectada, vamos trazer de vez o mundo digital para as nossas escolas. Não se trata apenas de entregar equipamentos e promover acesso à edu-

cação, mas trata-se, mais que tudo, de preparar nossos jovens para interagir com uma realidade que se renova a cada dia”.

Uso pedagógico

O programa Educação Conectada prevê um plano de formação continuada para professores e gestores com cursos específicos sobre práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, cultura digital e recursos educacionais como robótica. Segundo o MEC, entre 2017 e 2018 serão oferecidas bolsas de três meses para 6,2 mil articuladores que atuarão localmente, no processo de construção e implementação de ações na rede de ensino.

O programa também inclui a Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais, que foi produzida com base no conceito de rede social. A plataforma vai integrar materiais digitais já desenvolvido pelo Ministério da Educação e por instituições parceiras. A adesão à plataforma já está disponível por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). As secretarias de educação estaduais e municipais indicarão as escolas que desejam compartilhar a nova política e que, posteriormente, deverão apresentar um plano de inovação e tecnologia da educação de acordo com calendário a ser divulgado pelo MEC.

Projeto cultural beneficia alunos de Caucaia, em Fortaleza

Editora Imeph participa do Projeto Ondas da Leitura no Município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Atende alunos do Infantil V ao 9º ano, envolvendo mais 1.300 professores e 43.000 alunos da rede municipal de ensino.

O **Projeto Nas Ondas da Leitura** oportuniza a crianças e jovens descobrirem sua capacidade de ler e escrever, estimulando o autor que existe em cada um por meio da publicação de suas produções.

Envolve a escola e a família, trabalhando as inteligências múltiplas, estimulando as várias formas de ler o livro, democratizando o saber e transformando a aprendizagem num processo prazeroso, no qual crianças e jovens participam da construção do seu conhecimento, adquirindo o hábito de ler por prazer.

A Editora

A Editora Imeph atua no desenvolvimento de projetos, assessoria técnico-pedagógica, capacitação de pessoal, promoção de eventos, avaliação discente/docente e produção de livros e materiais didáticos para a área da Educação. Desde 2001, realiza projetos inovadores de Formação voltados para: Educadores Infantis, Professores de Jovens e Adultos, Professores em Educação Inclusiva, Educadores do Ensino Fundamental I e II bem como Formação de Gestores e de alunos monitores.

Edita livros didáticos de reconhecida qualidade. Na área de literatura, edita autores de renome nacional e prioriza a publicação de textos regionais e locais. Dispõe de livros didáticos (2º ao 9º ano) e de Literatura infanto-juvenil que atendem à Lei 11.645/2008 no estudo da temática afro-brasileira e indígena, colaborando para a descoberta da nossa identidade, fortalecimento de nossos valores e valorização de nossa cultura.

Participa do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com o material estruturado Aprender Construindo e com livros de literatura infantil. A Imeph desenvolve o projeto Nas Ondas da Leitura, em que são trabalhados de forma interativa o desenvolvimento da criatividade, a autonomia de pensamento, a arte em suas diversas manifestações, a escrita e a leitura.



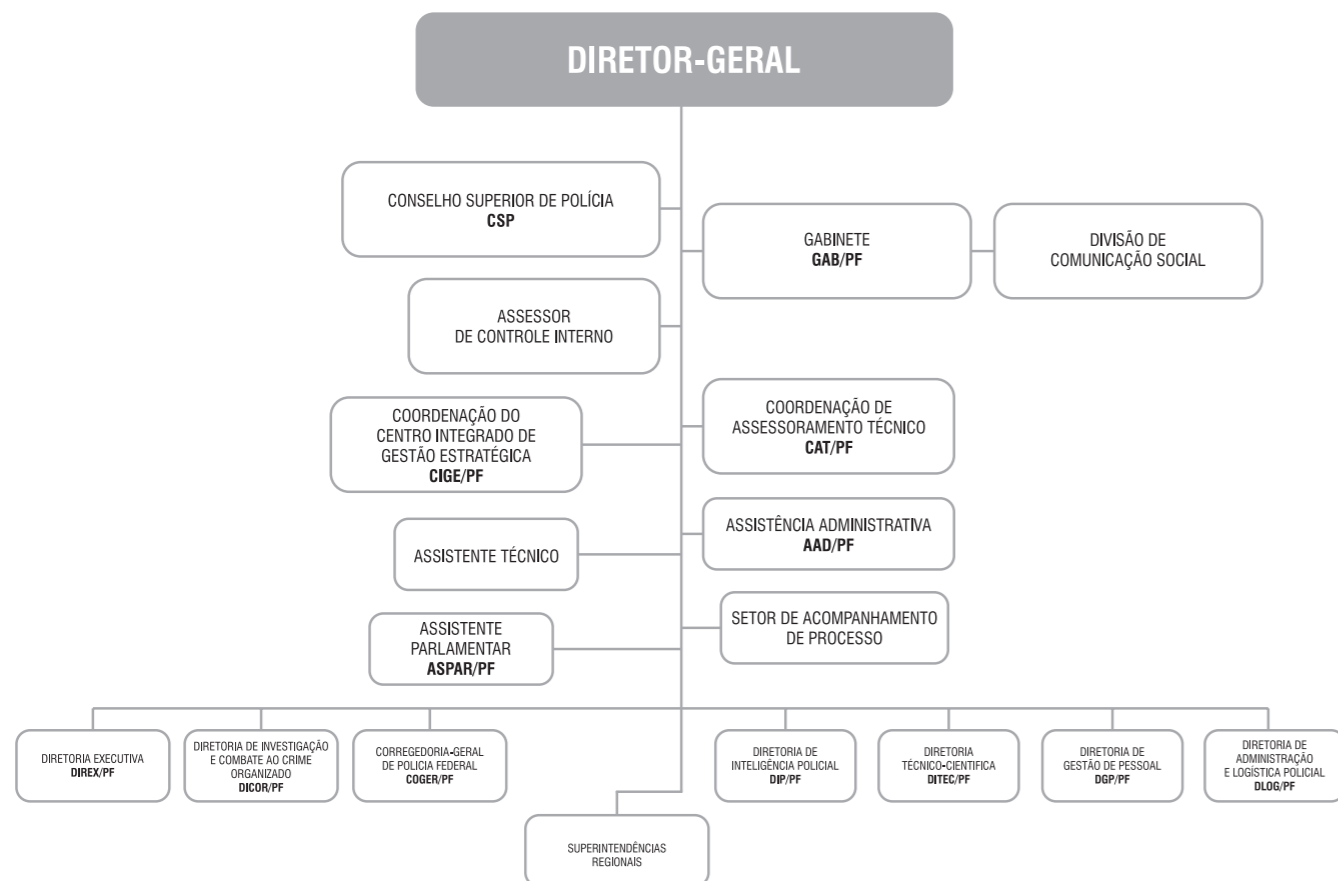
A nova cara da Polícia Federal

Desde o dia 20 de novembro, a Polícia Federal tem um novo diretor-geral e sete novos diretores. Veja o organograma e quem são os novos dirigentes, suas atribuições e seus planos à frente do DPF.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) é formado pela direção-geral e por sete diretorias, 27 superintendências regionais, nove coordenadorias-gerais, a Academia Nacional de Polícia (ANP), os Instituto Nacional de Criminalística (INC) e Instituto Nacional de Identificação (INI), o Conselho Superior de Polícia (CSP), Coordenação Escola Superior de Polícia (CESP) e dezenas de divisões e serviços.

Conheça os novos integrantes dos Órgãos Centrais do Departamento de Polícia Federal:

- **DIRETOR-GERAL - (DG)**
Fernando Queiroz Segóvia Oliveira
- **DIRETORIA-EXECUTIVA - (DIREX)**
Sandro Torres Avelar
- **DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (DICOR)**
Eugênio Coutinho Ricas
- **CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA FEDERAL - (COGER)**
Omar Gabriel Haj Mussi
- **DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL - (DGP)**
Clyton Eustáquio Xavier
- **DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - (DIP)**
Cláudio Ferreira Gomes
- **DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - (DITEC)**
Amaury Alan Martins de Souza Junior
- **DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - (DLOG)**
Alfredo José de Souza Junqueira



Texto: Edson Luiz
Fotos: Hermínio Oliveira



DIRETOR-GERAL

O novo diretor-geral da Polícia Federal, delegado **Fernando Queiroz Segóvia Oliveira**, tem 48 anos, sendo 22 deles na carreira policial. Casado, pai de três filhos, ele nasceu no Distrito Federal em janeiro de 1969, e onde também se formou em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Foi superintendente regional da PF no Maranhão e adido policial na República da África do Sul, tendo exercido parcela importante de sua carreira em diferentes funções de inteligência nas fronteiras do Brasil. Foi integrante do Comando de Operações Táticas (COT) da Polícia Federal e coordenador, pela PF, da Campanha do Desarmamento.

ENTREVISTA Fernando Queiroz Segóvia Oliveira

Quando tomou posse, em 20 de novembro, o delegado Fernando Segóvia reafirmou que uma de suas principais prioridades à frente da Polícia Federal é o combate à corrupção. Para isso, conforme ressaltou em seu discurso de posse, será necessária uma corporação forte. “Nesse espírito de equipe, todos unidos, que buscaremos o combate incansável à corrupção no Brasil, que continuará a ser agenda prioritária na Polícia Federal, tendo como premissa a continuidade de operações especiais”, disse na ocasião.

O novo diretor-geral da PF também quer dar continuidade a outras ações voltadas para o combate ao crime organizado, à proteção das fronteiras e dar agilidade aos inquéritos policiais, dotando a instituição de meios tecnológicos. Fernando Segóvia afirmou que também está conversando com ou-

tras áreas do governo visando a realização de concurso público para suprir as atuais necessidades da Polícia Federal.

Nesta entrevista exclusiva à Revista da FENADEPOL, o novo diretor-geral da Polícia Federal fala ainda sobre as relações com o Ministério Público Federal (MPF), que pretende manter em alto nível, entre outros assuntos.

O senhor assumiu a direção-geral da Polícia Federal em meio a uma crise política no país, isso pode atrapalhar seus planos na chefia do DPF, tendo em vista que a crise também é gerada pela falta de recursos?

Acredito que não. A crise política acontece em alguns momentos da história, como você deve acompanhar e a Polícia Federal, como os demais órgãos de Estado do país, já estão consolidados e vem se consolidando nos últimos anos. A Polícia Federal, ao longo dos últimos 20, 30 anos vem se consolidando como um órgão de

Estado. Nós fazemos nosso trabalho, moldado no que a Constituição e as leis do País determinam. Certamente não haverá nenhum tipo de interferência por causa da crise política que o país atravessa.

Hoje só se comenta sobre a Operação Lava Jato, sem dúvida a maior ação de combate à corrupção realizada no país. Continuará sendo uma prioridade do DPF?

Hoje, dentro da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, percentualmente, a Operação Lava Jato representa 8% das operações da Polícia Federal de combate ao crime organizado na área de lavagem de dinheiro, mas ela é crucial ao país e tem trazido bons resultados para a Nação. Com isso, estamos pensando não só em melhorar a questão da investigação da Lava Jato, como também em aprimorá-la. Estamos trabalhando nesse sentido, assim como no de outros inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal



Federal (STF) e também no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Como seriam as melhorias na investigação da Operação Lava Jato?

A melhora hoje depende quase que exclusivamente do aumento de efetivo porque a demanda ainda é muito grande. Várias linhas de investigações têm que ser concluídas e, com isso, determinei ao doutor Eugênio Ricas que ampliasse o número de investigadores nas operações especiais que hoje correm na Diretoria de Combate ao Crime Organizado. Será um esforço concentrado de toda a Polícia Federal, onde devemos buscar delegados do país inteiro para auxiliar na condução desses inquéritos.

A notoriedade atual da Polícia Federal é basicamente sua atuação na Operação Lava Jato. O senhor já tem definido outras prioridades para o período em que estiver à frente da direção da PF?

Existem hoje várias outras metas e a Polícia Federal pretende melhorar ou ampliar a visão

do nosso papel na Segurança Pública no país. Além de, primeiro, manter uma Polícia Federal unida, pretendemos manter toda a estrutura e competência das áreas da PF. Houve uma época em que se cogitou ceder serviços como passaportes, segurança privada para outras agências, mas hoje a política da direção geral é manter a unidade e fortalecimento interno da Polícia Federal. A PF tem que se fortalecer como polícia de estado. É o que nós pretendemos e o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse que isso deve ser feito com todo vigor. Faremos uma articulação com o Sistema de Segurança Pública do país. Ele pretende que seja elaborado um projeto como o FBI (a Polícia Federal americana) fez nos Estados Unidos, de participação e de cooperação entre as polícias. Trazer as polícias civil e militar para dentro da Polícia Federal, ministrar cursos e treinamentos em conjunto, para que tenhamos uma padronização e uma maior integração, promovendo, igualmente a troca de informações.

Antes não deu certo, por que o senhor acha que agora vai dar?

Porque agora tem alguém que quer fazer. Essa é a diferença.

Até onde a Polícia Federal poderá atuar para amenizar o problema?

Na integração, principalmente. Nenhum de nós tem força capaz para combater o crime e temos que atuar em conjunto. Um grande exemplo disso foi o que fizemos no Maranhão, quando nos unimos, PF, Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal e conseguimos integrar um grupo para combater os assaltos a bancos no estado. Antes de 2010, o índice de assaltos a bancos no Maranhão era o primeiro do Brasil. Em seis

meses criamos este grupo tarefa, integrado pelas polícias locais e as Superintendências da PF no Tocantins, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Mapeamos todas as organizações criminosas na área de assalto a banco e desenvolvemos um trabalho de inteligência e, em dezembro, estávamos prontos para trabalhar e definimos que a partir do dia primeiro de janeiro não haveria mais assaltos a bancos. A meta do ano seria zero assalto e assim nós fizemos.

A PF pretende fazer algum acordo com as Forças Armadas para combater o tráfico de armas e de drogas, já que as duas instituições atuam nas fronteiras?

As Forças Armadas serão fundamentais nesta parceria, principalmente na fronteira Amazônica. Hoje já existem vários sistemas que as forças estão desenvolvendo na região na parte de Segurança Nacional e poderemos aproveitá-los, inclusive a integração do nosso VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) com o da Força Aérea Brasileira (FAB). Há, não só a necessidade de parceria na área de Segurança Pública, mas também na área de inteligência, principalmente na Amazônica. Também queremos ampliar a cooperação na área internacional. Hoje uma das reclamações dos adidos estrangeiros é essa falta de contatos. Conversamos com o Ministro da Justiça e ele, inclusive, vai à primeira reunião com os adidos policiais, quando também serão convidados os embaixadores, como forma de aumentar ainda mais o fluxo de informações. O Ministro da Justiça disse que qualquer projeto de internacionalização de combate aos crimes transnacionais será apoiado. Precisamos muito ampliar esses projetos internacionais.

O DPF pretende aumentar o número de adidos no exterior?

Com certeza, adidos e oficiais de ligação no exterior. A ideia é ampliar o máximo possível.

Hoje a administração pública está cada vez mais sentindo os efeitos das aposentadorias dos servidores, e isso já vem refletindo na Polícia Federal? Há perspectivas para novos concursos para o preenchimento de vagas decorrentes das aposentadorias?

Em razão do problema financeiro pelo qual passa o país, tem que ter soluções para alguns problemas. Esse de falta de pessoal é um problema grave na Polícia Federal, e estamos teoricamente com o nível muito baixo na quantidade de pessoal. Estamos diuturnamente em contato com o Ministério do Planejamento para vermos a possibilidade de abrir concurso público. Fiz contatos com o ministro Dyogo Oliveira e com a Casa Civil e, provavelmente, eles devem autorizar um concurso público para o ano que vem. Acredito que, com isso, teremos um alento, não só para esta questão, mas também para trabalhar no sistema de inteligência da Polícia Federal.



O que vem a ser o novo sistema?

Foi editada uma portaria criando um sistema que se chama Atlas, que é revolucionário no combate aos desvios de recursos públicos no país. Por exemplo, em uma operação que teria 200 alvos, levaria 10 pessoas trabalhando toda a semana para preparar a documentação e o planejamento, enquanto que o sistema elabora isso em menos de 20 segundos. A parte de tecnologia ser fundamental no futuro da Polícia Federal, onde o próprio inquérito virtual trará ferramentas nas mãos dos policiais, que serão smartphones que poderão filmar, tirar fotos e tudo será alimentado no inquérito policial. O futuro da PF será maximizar a potencialidade de nossos policiais, por meio de muita tecnologia.

E a questão de gestão na corporação?

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Augusto Nardes, se comprometeu em marcar uma reunião com a Polícia Federal para saber o que será necessário fazer para que a polícia saia da estagnação na questão de gestão, que hoje é zero. Temos que

sair do fundo do poço para melhorar a governança e para isso, o TCU poderá ceder um servidor para ajudar.

Além disso, a reforma da previdência é outra questão que preocupa várias categorias, como a da Polícia Federal. Até onde isso pode impactar na corporação?

A direção geral vai lutar pela manutenção dos direitos que hoje já são previstos na Constituição Federal e nas Leis Complementares para todos os policiais que estão na ativa e para os aposentados. Tivemos uma primeira conversa com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o relator Arthur Maia, junto com a base parlamentar do governo e há uma boa vontade em tentar atender os pleitos dos policiais do Brasil.

O tema autonomia chegou a ser conversado com o presidente Michel Temer quando o senhor recebeu o convite para assumir o DPF?

Não, primeiramente este projeto tem que ser discutido internamente. Criamos um grupo de trabalho que está, em conjunto com a assessoria parlamentar, discutindo questões fundamentais



para a Polícia Federal que hoje estão no Congresso Nacional. Nossa assessoria parlamentar vai coordenar, primeiro a questão da aposentadoria e depois coordenar outros assuntos de relevância para a PF. Nosso papel neste campo será delinear, por consenso das entidades da categoria. Todos os processos que já estiverem maduros e aprovados por unanimidade serão encaminhados e encampados pela direção geral.

Depois de escolhido novo diretor-geral do DPF, o senhor fez comentários sobre as relações do departamento com o Ministério Público. Onde estão as principais diferenças e onde serão necessários ajustes nesta relação entre as duas instituições?

Na primeira reunião que tive com a doutora Raquel Dodge, no Ministério Público Federal, ficou bem claro que a maior convergência entre a Polícia Federal e o MPF é a vontade de combater a corrupção e os outros crimes que hoje se

perpetuam na Nação. Diante deste ponto de convergência, a conversa nos remete no sentido de trabalhar em equipe, trabalhar em espírito de harmonia entre a PF e o MPF, sem brigas de vaidades, busca de holofotes. A tentativa de trabalho profissional, cada um respeitando sua área de atuação, respeitando a Constituição e as leis do país.

O senhor fez mudanças quase que totais em cargos de diretoria e essa prática também será adotada em relação às superintendências regionais?

As superintendências tiveram algumas modificações, sendo que a principal mudança é a valorização das mulheres nos postos de comando da Polícia Federal. Convidei algumas para serem superintendentes regionais, e vamos aumentar surpreendentemente o número de mulheres, valorizando o preparo que elas sempre tiveram, mas que era secundário na PF. Eram duas superintendentes,

mas agora será de Norte a Sul.

Passados anos da promulgação do Estatuto do Desarmamento, há uma discussão sobre sua revogação. O senhor, como o primeiro coordenador do SINARM, como está vendo esta questão?

Nós, como órgão policial de estado, temos que cumprir o que estabelece o Estatuto do Desarmamento. Acredito que deveria haver uma campanha anual, como existem hoje como o Outubro Rosa e Novembro Azul, que dedicasse um mês ao desarmamento. Há uma necessidade de abrir novamente a possibilidade de o cidadão entregar uma arma. Um exemplo: o marido morreu e a viúva está com uma arma em casa e como vai entregar? Então, a gente vai tentar criar esta campanha e fazer um debate de conscientização do desarmamento. Por outro lado, devemos fazer a campanha da arma legal. O que é isso? A lei brasileira hoje prevê que todo cidadão pode adquirir uma arma desde que tenha os pré-requisitos que basicamente são a capacitação técnica e psicológica. Hoje há uma enorme reclamação de várias locais do Brasil de que Polícia Federal tem negado esse direito. Todo cidadão que quiser pode adquirir uma arma de fogo se tiver os pré-requisitos e com objetivos pacíficos. O porte de arma é mais restritivo e o que ficou determinado pelo Estatuto será respeitado.

Como está hoje o orçamento do DPF para o próximo ano, principalmente por ser um ano eleitoral?

A promessa é que na área operacional o Ministério da Justiça terá todo o apoio. O orçamento dá para manter as atividades da PF e, por enquanto, não haverá cortes para a Polícia Federal.



DIRETORIA EXECUTIVA

O DIRETOR

Sandro Torres Avelar, nascido em Goiânia, radicado na Capital Federal desde a infância, tendo sido, inclusive, agraciado com o título de Cidadão Honorário de Brasília. Tem 48 anos, casado, pai de três filhos e com 19 anos na Polícia Federal. Antes de seguir a carreira policial, foi Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e trabalhou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No DPF, exerceu várias funções, como chefe da Delegacia de Combate ao Crime Organizado na Superintendência Regional do Distrito Federal, Diretor do Sistema Penitenciário Federal (SPF), Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Como dirigente classista, presidiu por vários anos a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), participou da Fundação Polícia Federal e, mais recentemente, presidiu a Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (FENADEPOL).

PALAVRAS DO DIREX

A harmonia entre as diversas categorias da Polícia Federal é uma das principais propostas defendidas pelo Diretor-Executivo (DIREX), Sandro Torres Avelar, para ajudar na gestão institucional da corporação. O delegado afirma que uma das metas a serem alcançadas na atual gestão é adotar meios para melhorar a investigação e dar mais celeridade nas atividades policiais, por meio das tecnologias já existentes. Sandro Avelar ressalta que as atribuições principais da PF, de combate à corrupção, ao tráfico de drogas e armas, e o controle das fronteiras, entre outras, continuará no mesmo ritmo, e sempre em colaboração com outros órgãos.

Sandro Avelar define o ambiente interno da Polícia Federal como uma “questão institucional” que não deve ficar restrita às entidades de classe, mas também à direção da corporação. “A responsabilidade é também do gestor, a direção também tem que se envolver nesta questão”, avalia o Diretor-Executivo. Isso, segundo o delegado, ajuda no trabalho de pacificação interna da instituição, melhorando seu trabalho e criando uma boa relação entre todas as categorias.

“Se fizermos um bom trabalho neste sentido, com certeza teremos melhores resultados”, observa Sandro Avelar. “Temos uma oportunidade histórica para enfrentar estas questões, que muitas vezes são vistas de pontos de vista diferentes pelas categorias, mas que devem ser discutidas com clareza e dar soluções”, acrescenta o diretor.

Segundo o diretor-executivo, a Polícia Federal é vocacionada para fazer o combate ao crime organizado, sendo que algumas áreas demandam ações específicas, como o combate à corrupção, ao tráfico de entorpecentes e de armas, além da segurança das fronteiras. “Então, é preciso que a gente trabalhe de forma integrada com os demais órgãos, como o Ministério da Justiça, além das Forças Armadas, importante instituição nesta engrenagem toda”.

Dentre os trabalhos nas fronteiras, Sandro Avelar destaca a questão da migração, principalmente no Norte do país, como em Roraima. “Estamos vivendo momentos especiais, como em Boa Vista, onde estão 20 mil venezuelanos”, explica o Diretor-Executivo, observando que são situações conjunturais que têm reflexos nas atividades da PF. O delegado ressalta que muitas pessoas entram no país por questão de necessidade, mas outras que só querem usar o Brasil para cometer crimes ou como rota para outros países.



“É algo que nos preocupa e, por isso, estamos fazendo contatos com outros países para que nos auxiliem neste propósito, além de criar mecanismos tecnológicos para fazer este controle”, diz o delegado. Entre os mecanismos, Sandro Avelar destaca o Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais, O AIFS (sigla em inglês de Automated Fingerprint Identification System). “Essa tecnologia é uma ferramenta importantíssima para nós”, afirma.

Além disso, conforme o Diretor-Executivo, a Polícia Federal tem o sistema Atlas, que reúne uma série de bases de dados que podem dar respostas rápidas para atender as atividades policiais. “O Atlas é mais um símbolo neste investimento em tecnologia que é fundamental para nossa atividade, pois pode-se obter uma série de informações partindo de um pequeno dado”, explica o delegado, que se orgulha em revelar que toda a tecnologia do sistema foi desenvolvida pelos próprios servidores da Polícia Federal.

Entre as medidas administrativas, Sandro Avelar destaca a necessidade de se dar uma definição

sobre a sede da Polícia Federal, com a construção de um novo prédio ou aluguel de outro imóvel. Outra questão também, segundo ele, são algumas unidades de ponta que também precisam, urgentemente, de melhores condições.

O delegado espera a realização de um novo concurso para equilibrar os atuais quadros, que hoje se encontram defasados. “Já tivemos quase 15 mil policiais, hoje são pouco mais de 11 mil. Aumentou a demanda e diminuiu a quantidade de servidores”, observa o diretor. “São medidas administrativas que a gente tem que tomar para poder fortalecer e dar melhores condições para que nossos servidores continuem trabalhando”.

Sandro Avelar é defensor de um mandato para a Direção-Geral da Polícia Federal. “É outra coisa importante, seja qual for o prazo, mas o mandato é fundamental. Não se pode exigir que o Diretor-Geral seja a figura do homem forte que enfrenta as questões, como também não pode exigir dele que seja um malabarista, se equilibrando para se manter no poder”, afirma o delegado, assinalando que a estabilidade do órgão passa por esta questão, assim como a pacificação.

ATRIBUIÇÕES DO DIREX

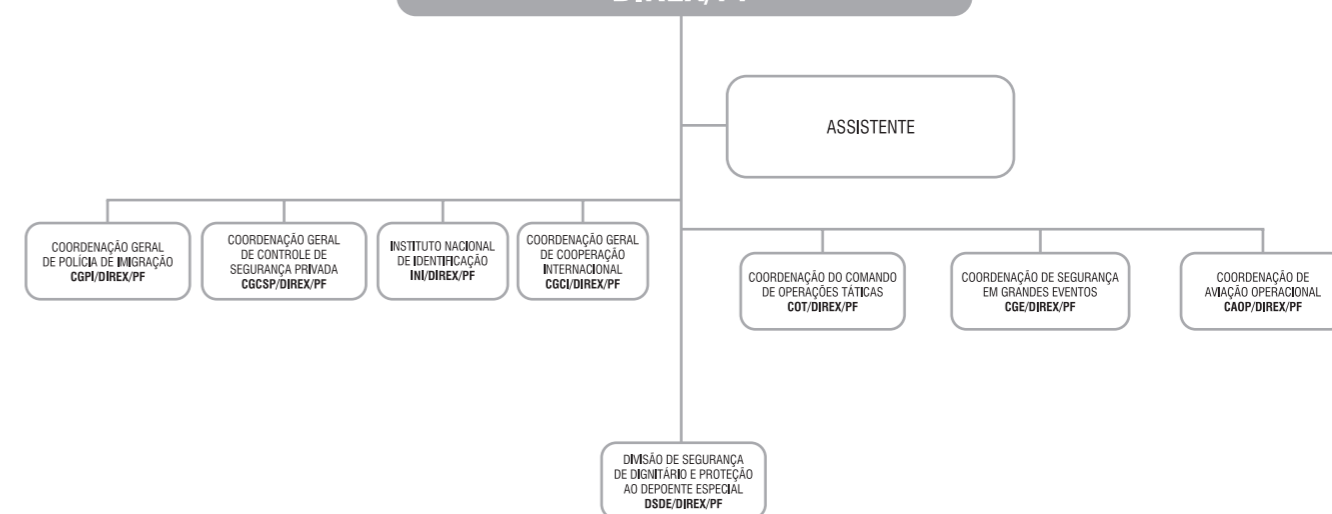
O Diretor-Executivo substitui o Diretor-Geral em suas faltas ou impedimentos legais, além de prestar-lhe apoio técnico. Aprova planos de operações conjuntas com outras unidades, centrais ou descentralizadas, ou com outros órgãos governamentais, com a participação de pessoal lotado em suas unidades, a fim de propiciar a integração de missões policiais. Igualmente promove a cooperação internacional e a representação da Polícia Federal no exterior;

Planeja, define, coordena, implementa, acompanha e avalia, no âmbito da Polícia Federal, as ações de segurança para grandes eventos e promove o intercâmbio de informações com entidades e organizações congêneres, em nível nacional e internacional, que mantenham acordos, convênios e tratados na área de polícia administrativa;

Supervisiona as atividades das unidades descentralizadas, no âmbito de sua área de atuação; propõe diretrizes específicas referentes ao registro, controle e fiscalização de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições, e de controle e fiscalização de produtos químicos de uso controlado.



DIRETORIA - EXECUTIVA DIREX/PF





DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (DICOR)

O DIRETOR

Eugenio Coutinho Ricas, de 42 anos, é natural de Belo Horizonte, casado, pai de um filho. Começou sua carreira como delegado civil em Mato Grosso, ingressando na Polícia federal em 2003, tendo atuado nas superintendências da Bahia, Espírito Santo, Maranhão e Minas Gerais. É especialista em Ciências Criminais pela Universidade do Amazonas e em Inteligência de Segurança Pública pela Universidade de Vila Velha. Formado pela National Academy do FBI, em Quantico, na Virgínia (EUA), Estados Unidos, foi também Subsecretário e Secretário de Estado da Justiça e de Controle e Transparência do Espírito Santo. Atuou na Operação Esfinge, realizada em 2006 no Espírito Santo, que desvendou um grande esquema de sonegação fiscal no país e no combate ao crime organizado no Maranhão.

PALAVRAS DO DICOR

A Operação Lava Jato continuará sendo uma das prioridades da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR), segundo o novo diretor, delegado Eugênio Coutinho Ricas. Além disso, ele acentua que outras ações também receberão a mesma atenção da Polícia Federal, como as áreas de tráfico de drogas e armas, igualmente relevantes. Eugênio Ricas afirma que os estados também receberão apoio no trabalho de combate à criminalidade, o eu já vem sendo feito no estado do Rio de Janeiro.

“A Lava Jato é uma instituição dentro da Polícia Federal e eu vejo a minha missão aqui como a de um facilitador. Precisamos que as equipes que já fazem um bom trabalho continuem agindo da mesma forma”, afirma o diretor, confirmando que as equipes serão reforçadas com mais recursos humanos.

Ele explica que a operação representa apenas 8% das investigações da Polícia Federal de desvios de recursos públicos.

“A nossa prioridade hoje é o combate à corrupção, um dos grandes males do país hoje, mas a sociedade também está aflita com o crime que atinge o cidadão comum, e, por isso, temos que nos preocupar também com o tráfico de armas, com o tráfico de drogas, e estas são prioridades da Polícia Federal”, explica o diretor.

Entre outras medidas, já anunciadas para reforçar as ações no Paraná, o diretor destaca a nomeação do delegado Mauricio Leite Valeixo para o cargo de Superintendente Regional no Estado, em substituição ao delegado Rosalvo Ferreira Franco, que se aposentou. Valeixo foi titular da DICOR e já havia assumido o mesmo posto do Paraná, entre 2009 e 2011. “Ele conhece como ninguém a Diretoria de Combate ao Crime Organizado, e ao assumir a SR do Paraná, ele vai ter condição de reforçar a equipe da Lava Jato, que, como já disse, não corre nenhum risco”, destaca Eugênio.

Segundo o delegado, para combater estes crimes será priorizada uma parceria com os estados. “Temos como meta a aproximação dos estados e tentar dar apoio às Secretarias de Segurança Pública, como já vem sendo feito com o Rio de Janeiro. Já tivemos algumas reuniões com o secretário Roberto Sá e a ideia é, a partir do início do ano, estruturar a “Operação União Rio”, com efetivo razoável para fazer ações de inteligência e auxiliar a segurança pública do estado”, anunciou Eugênio Ricas.

Para o diretor, 2018 será um ano complexo por causa das eleições e pelo processo político que o país atravessa. “Eu acho que a Polícia Federal tem uma responsabilidade grande neste momento, e vai continuar a fazer o bom trabalho que já vem sendo feito, e continuar mantendo o grau de confiança que adquiriu estes anos todos junto à população”, ressalta o diretor.

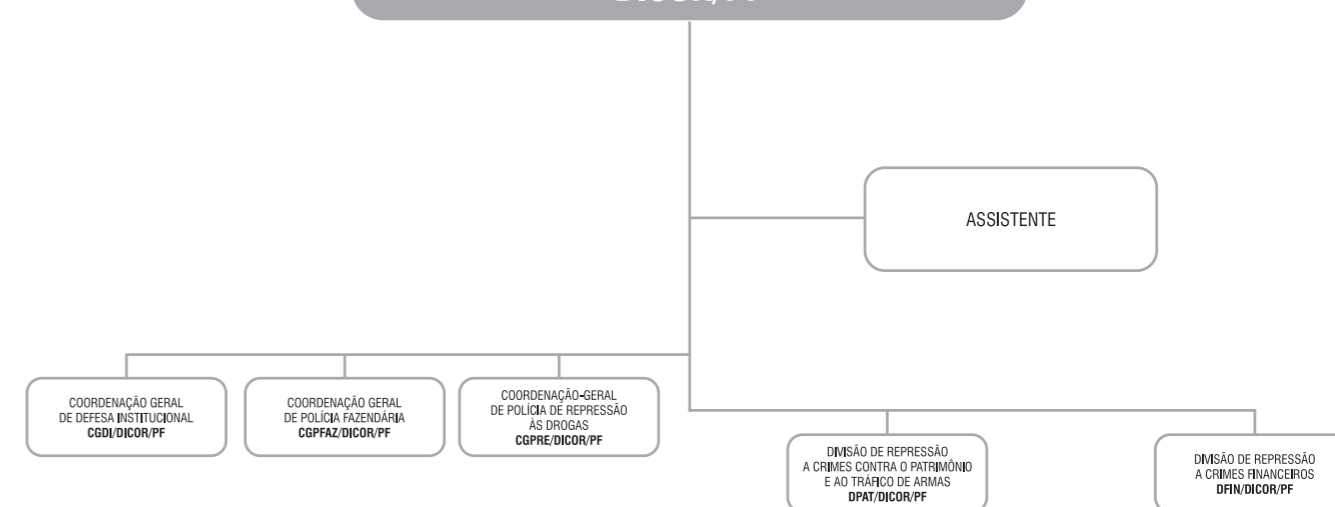
ATRIBUIÇÕES DO DICOR

Promove a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade; aprova normas orientadoras das ações de persecução penal aos crimes de atribuição da Polícia Federal; presta apoio técnico ao Diretor-Geral, no âmbito de suas atribuições;

Aprova plano de operações conjuntas com outras unidades, centrais ou descentralizadas, ou com outros órgãos governamentais, com a participação de pessoal lotado em suas unidades, propiciando a integração de missões policiais especiais; Promove o intercâmbio de informações com entidades e organizações congêneres, em nível nacional e internacional, que mantenham acordos, convênios e tratados na área de polícia judiciária;



DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DICOR/PF





CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA FEDERAL (COGER)

O CORREGEDOR-GERAL

Omar Gabriel Haj Mussi, paranaense de 48 anos, casado e pai de dois filhos, está na Polícia Federal desde 1999 e, a partir de julho de 2017, assumiu o cargo de Corregedor-Geral para um mandato de três anos. Antes de se tornar policial, o delegado advogou e trabalhou na Justiça Federal no Paraná, estado onde nasceu e onde iniciou sua carreira na delegacia de Naviraí, passando a ser lotado depois na Superintendência Regional, em momentos diferentes, como chefe das Delegacias de Controle de Segurança Privada, de Repressão à Crimes Fazendários, Combate ao Crime Organizado e de Crimes Contra o Patrimônio, além de Delegado Regional Executivo. Na SR da Paraíba esteve à frente da Delegacia de Combate ao Crime Organizado e Delegado Regional Executivo. Foi Superintendente Regional em Alagoas, até assumir a Diretoria de Administração e Logística Policial (DELOG), em março de 2015. Em julho de 2017 foi indicado como Corregedor-Geral.

PALAVRAS DO COGER

A prioridade da Corregedoria-Geral da Polícia Federal (COGER) é dar continuidade ao ePol, o sistema de gestão de Polícia Judiciária. Para o delegado

Omar Gabriel Haj Mussi, que continua no posto, o programa causa uma revolução no tratamento do inquérito policial, porque ele elimina totalmente os autos tradicionais do inquérito e passa a ser realizado em uma plataforma online, nos moldes da tramitação dos processos no Judiciário.

“Essa é uma prioridade da COGER e da Polícia Federal como um todo. Foi um projeto desenvolvido aqui dentro, já há algum tempo, e está em fase de implantação”, conta o delegado Omar Mussi, ressaltando que o sistema ePol já funciona majoritariamente no Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba, e em menor escala em alguns outros estados.

“Nosso desafio agora é adotar o ePol para atender às necessidades básicas dos nossos policiais, para que possam produzir todas as peças necessárias ao inquérito policial, de força segura e confortável, e com mais celeridade e eficiência, eliminando os entraves burocráticos”, diz o titular da COGER, ressaltando que não há prazo determinado para a implantação total do sistema, já que o objetivo é satisfazer o usuário final do programa.

Na parte disciplinar, segundo Omar Mussi, a COGER adotou uma postura quase sempre rigorosa, mas flexível com os muitos problemas disciplinares que recebe. O delegado avalia que muitas destas questões poderiam ser evitadas por trato de gestão e de gerenciamento de pessoas. “O nosso filtro está voltado para que sejam instaurados processos administrativos disciplinares somente nos casos de efetiva necessidade”, observa o Corregedor-Geral.

Omar Mussi explica que a instância disciplinar fica como último mecanismo de adequação do servidor às regras. “Para a administração é muito caro instaurar e manter uma estrutura para apuração de infrações disciplinares, temos que racionalizar também esta instauração indiscriminada, até porque criam estigmas para determinadas pessoas”, lembra o Omar Mussi, ressaltando que é necessário ter cuidado para não se instaurar procedimentos que, no futuro, possam gerar injustiças.

ATRIBUIÇÕES DO CORREGEDOR-GERAL

Promove a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade; aprova normas orientadoras do controle e do exercício das atividades de polícia judiciária e das atividades disciplinares, inclusive as de natureza preventiva e presta apoio técnico ao Diretor-Geral, no âmbito de suas atribuições.

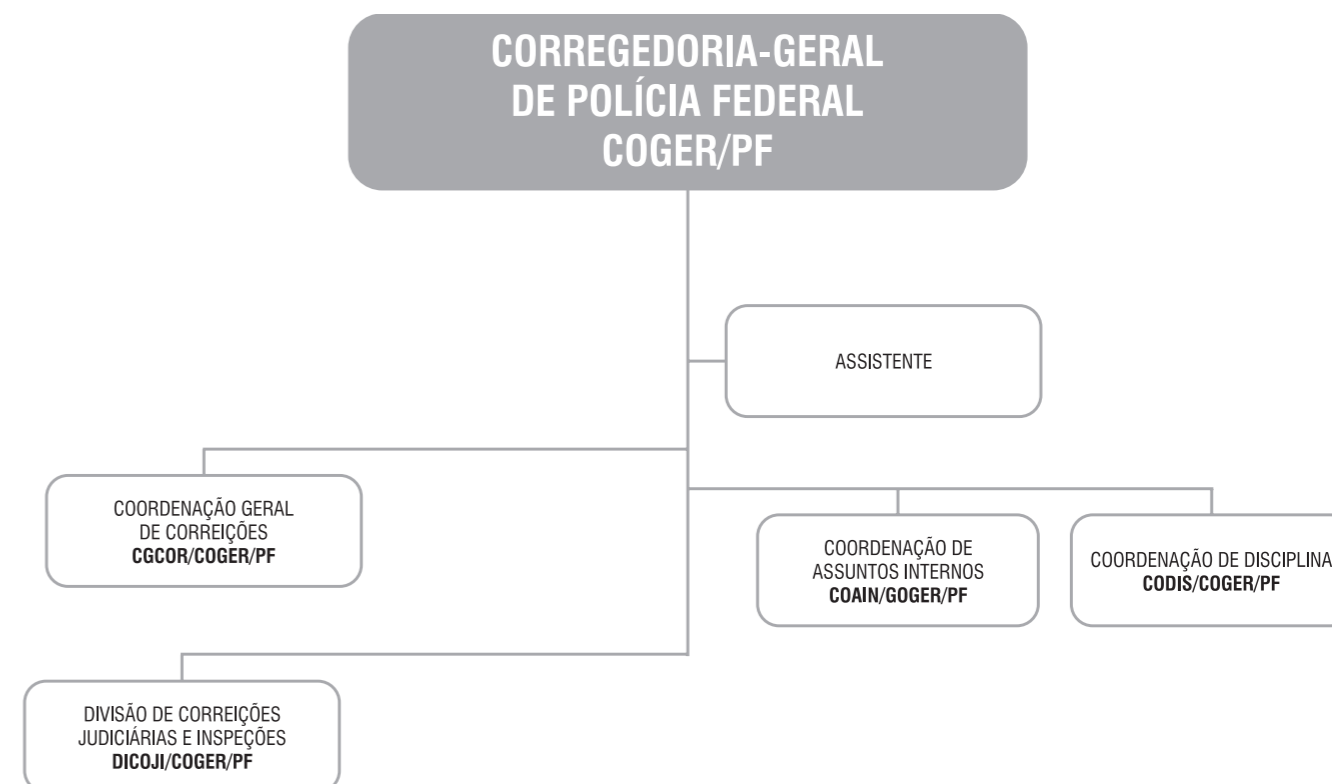


Determina a realização de correições extraordinárias nas unidades descentralizadas e aprova os planos de correições extraordinárias propostas pelo Coordenador-Geral de Correições; presta informações sobre matérias de sua atribuição, em atendimento a solicitações de órgãos externos.

Decide os conflitos de atividades de polícia judiciária e disciplinar, inclusive sobre dúvidas de atribuição, apuração de ilícitos penais e a adoção de princípios doutrinários; Articula-se com as autori-

dades do Poder Judiciário e do Ministério Público para tratar de assuntos vinculados ao exercício das atividades de polícia judiciária;

Instaura, arquivava e determina outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores nas dependências das unidades centrais e por servidores lotados nas unidades centrais na circunscrição da Superintendência Regional no Distrito Federal, no exterior e em missões fora do país.





DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (DIP)

O DIRETOR

Cláudio Ferreira Gomes tem 49 anos, casado, pai de três filhos, começou sua carreira policial como agente e delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, de 1990 a 1996. No ano seguinte ingressou na Polícia Federal, onde desempenhou várias funções, entre elas a de chefe de Polícia Fazendária, atuando nas áreas de crimes ambientais e desvios de recursos públicos e de combate à corrupção. Paulista de Ribeirão Preto, o diretor da DIP foi também Coordenador-Geral de Correições, SINARM, instrutor de armamento e tiro na Academia Nacional de Polícia, Superintendente Regional da Paraíba, Corregedor-Geral do DPF e adido policial em Portugal.

PALAVRAS DO DIP

A discricção é a principal característica na carreira do Diretor de Inteligência Policial, Cláudio Ferreira Gomes, que prefere dar à instituição e aos

seus servidores a visibilidade pelas ações desenvolvidas na sua área, cujo maior objetivo é dar suporte às investigações policiais e propiciar conhecimento ao diretor-geral para subsidiar suas decisões.

“O maior patrimônio da Polícia Federal é seu material humano, e a DPI trabalha com servidores extremamente qualificados, preparados para este tipo de atividade”, explica o delegado Cláudio Gomes, ressaltado que, pela qualidade do grupo que dirige, pretende manter a atual equipe, classificada por ele como muito boa.

“Vamos dar continuidade ao belo trabalho que foi feito ao longo dos anos pelos diretores de inteligência da PF, como da delegada Maryan Ibrahim, e os delegados Daniel Lorenz, Sandro Caron, Mauricio Valeixo, Marcelo Itagiba, Renato Porciúncula, entre outros”, diz o diretor da DIP. “A instituição é o que é hoje porque a gente teve conhecimento acumulado produzido por vários diretores”, acrescenta.

Em sua nova missão, o chefe da DIP pretende aprimorar ainda mais as atividades de inteligência. Além disso, o delegado Cláudio Gomes quer ampliar as parcerias com outros órgãos da área, como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), as Forças Armadas, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e a demais organizações que fazem parte do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

ATRIBUIÇÕES DO DIP

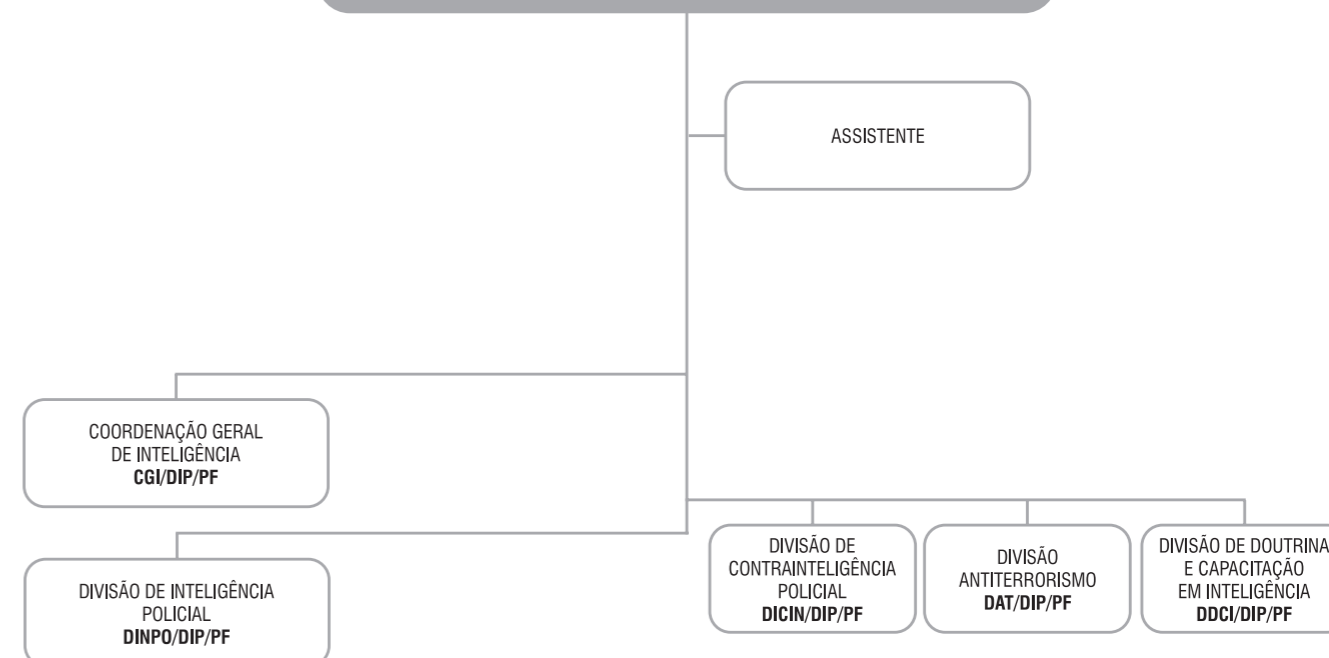
Promove a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade, inclusive em conjunto com a Academia Nacional de Polícia (ANP), a aplicação, difusão e capacitação de servidores na doutrina de inteligência policial; Aprova normas orientadoras das ações de inteligência e contrainteligência policial e antiterrorismo;

Aprova planos de operações de inteligência conjuntas com outras unidades, centrais ou descentralizadas, ou com outros órgãos governamentais, com a participação de pessoal lotado em suas unidades, promovendo a integração de missões policiais especiais;

Produz conhecimentos de inteligência para subsidiar o processo decisório da administração da Polícia Federal; Representa a PF no conselho consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); Executa operações de inteligência policial, investigações criminais, por determinação expressa do Diretor-Geral ou em caso de ações de contrainteligência.



DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL DIP/PF





DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (DITEC)

O DIRETOR

Amaury Alan Martins de Souza Junior, de 50 anos, casado, pai de três filhos, ingressou na Polícia Federal em 1996. Formado em Química, chefiou em várias ocasiões as Divisões de Laboratório e de Perícia. Foi coordenador das equipes que atuaram nas perícias realizadas em Fernando de Noronha, Brasília e Rio de Janeiro, durante a apuração do acidente do voo AF 447 da Air France, em 2009. Foi a primeira grande experiência do Brasil neste tipo de trabalho. Também esteve à frente da exumação do corpo do ex-presidente João Goulart, entre 2012 e 2013. A medida foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Comissão Nacional da Verdade, a pedido da família de Jango.

PALAVRAS DO DITEC

O desenvolvimento de projetos envolvendo os diversos setores, além de apoio aos Estados, é a principal meta do novo titular da Diretoria Técnico-

-Científica (DITEC), Amaury Alan Martins de Souza Júnior. Ele ressalta que outro de seus objetivos é atender os peritos que hoje estão nas unidades descentralizadas da Polícia Federal, no interior do país.

Amaury observa que todos seus antecessores deixaram marcas importantes na DITEC, sendo que a sua será voltada para algumas áreas específicas, como a da informática. “Nossa equipe será mais voltada para as nossas características de tempos modernos, ou seja, aquela categoria que trabalha em rede, um dependendo do outro”, explica. A intenção, segundo Amaury, é desenvolver projetos envolvendo todos os setores, em todo o país. “Temos que atender também nossos peritos que estão nas unidades descentralizadas, alguns em locais lugares de difíceis acessos”, afirma o DITEC.

Amaury Souza Júnior explica que o setor dispõe hoje de 1.100 peritos na ativa, um quadro defasado por causa da falta de concursos e pelas aposentadorias. Isso faz com que haja aumento de demandas principalmente nas áreas de informática e DNA. “Trabalhamos agora na qualificação da informática, porque diminuimos essa fila”, diz o diretor, ressaltando que tudo será feito em consonância com as demais diretorias, para que o atendimento seja mais célere e efetivo. “Não adianta um delegado relatar um inquérito e a perícia demorar meses. Precisamos diminuir este tempo de atendimento, melhorando os resultados”, afirma.

O diretor explica que entre as novas diretrizes da DITEC estarão ações de suporte a outros países e integração com os Estados. A intenção é apoiar as ações do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio da Força Nacional, que forma grupos de peritos para a realização de uma determinada tarefa. “Temos muito que ajudar na capacitação, da mesma forma que eles nos ajudam em algumas deficiências pontuais, como na área de Medicina Legal”, afirma Amaury.

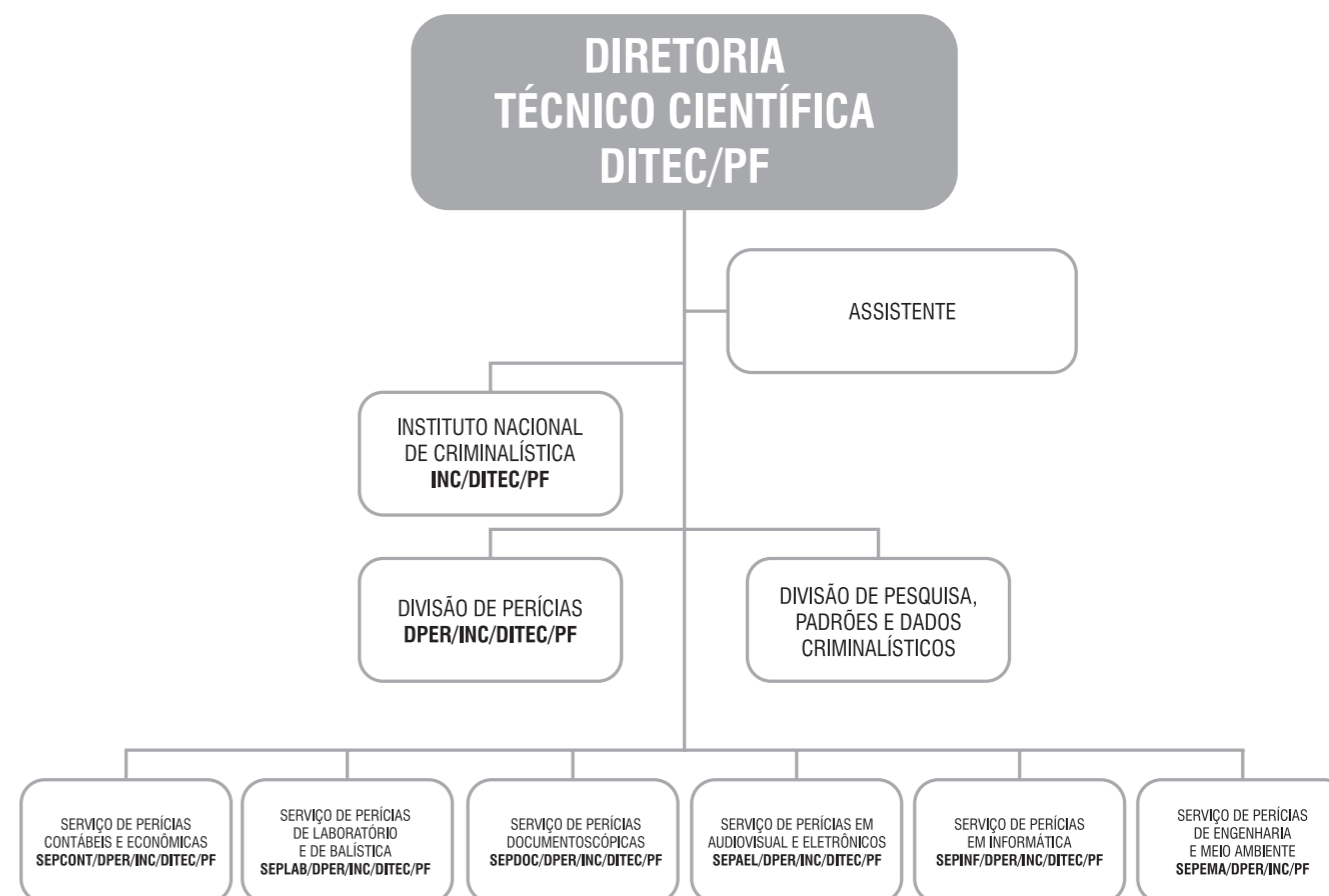
ATRIBUIÇÕES DO DITEC

Promove a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade; Aprova normas orientadoras das ações de perícia criminal, inclusive as relacionadas a bancos de perfis genéticos; Presta apoio técnico ao Diretor-Geral, no âmbito de suas atribuições; Supervisiona as atividades das unidades técnico-científicas descentralizadas;



Promove intercâmbio de informações, propõe a celebração de convênios e instrumentos correlatos com órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal e outras entidades e organi-

zações congêneres, em nível nacional e internacional; Coordena e promove pesquisas, e difunde estudos técnico-científicos e suas aplicações, no âmbito de sua área de atuação.





DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)

O DIRETOR

Clyton Eustáquio Xavier, de 45 anos, é natural de Ibirá (MG). Casado, pai de três filhos, está na Polícia Federal desde 1999, tendo atuado na Delegacia de Foz do Iguaçu (PR) e Uberlândia (MG), nas Superintendências Regionais do Maranhão (como delegado regional executivo), Pernambuco (Corregedor), Rio de Janeiro (Combate ao Crime Organizado), Santa Catarina, na chefia da Divisão de Depoentes Especiais, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e foi secretário de Segurança do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PALAVRAS DO DGP

A gestão de pessoal é uma das principais metas do delegado Clyton Eustáquio Xavier na Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP), que também pretende trabalhar pela realização de novos concursos públicos para a Polícia Federal. Para ele, a entrada de novos servidores é uma forma de reciclar os contingentes nas fronteiras e também substituir os quadros do DPF em decorrência das aposentadorias.

“Nós estamos montando uma equipe voltada não somente para o serviço administrativo, mas também para a gestão de pessoal”, observa Clyton Xavier. “Nós temos que ter em mente, claro que dentro do princípio da legalidade, que a administração tem que estar com os olhos voltados para os servidores”, acrescenta o DGP.

O delegado Clyton Xavier também pretende colocar em sua pauta de trabalho a regulamentação da prática esportiva também para o pessoal da área administrativa, uma medida que, segundo ele, interfere positivamente no trabalho diário dos profissionais. O diretor de Gestão de Pessoal também quer dar suporte aos servidores que estarão prestes a se aposentar. “É preciso pensar em incentivos para essas pessoas”, observa o delegado Clyton Xavier.

Por ser uma diretoria técnica, o Diretor de Gestão de Pessoal mantém muitos dos atuais profissionais que já atuam na área e nos atuais cargos, além de realizar algumas substituições pontuais. Para a Academia Nacional de Polícia (ANP), o DGP nomeou o delegado Henrique da Rosa, enquanto que para as Coordenações de Recursos Humanos foi indicado o delegado Renato Sayão e para a área de projetos, o delegado André Luis Lima.

ATRIBUIÇÕES DO DGP

Promove a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade; Aprova normas orientadoras das ações de administração de pessoal, organização de concursos, promoção de cursos de formação, treinamento e capacitação profissional; Promove a mobilização temporária de efetivo para suprir demandas de caráter policial ou administrativo;

Presta apoio técnico ao Diretor-Geral, supervisiona as atividades das unidades descentralizadas, no âmbito de sua área de atuação; designa e dispensa ocupantes de funções, autoriza progressão funcional, aposentadorias e pensões e aprova pareceres normativos, em sua área de competência, encaminhando-os para publicação em Boletim de Serviço, além de promover e coordenar estudos de quantitativos ideais do efetivo e propor a lotação inicial e a distribuição de servidores, em articulação com a Direção-Geral e demais Diretorias;

Promove o intercâmbio de informações com entidades e organizações congêneres, em nível nacional e internacional, que mantenham convênios e instrumentos correlatos na área de organização de concursos, formação e capacitação profissional policial.





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL (DLOG)

O DIRETOR

Alfredo José de Souza Junqueira, de 50 anos, casado e sem filhos, está na Polícia Federal há 14 anos. Paulista da capital, passou por diversas áreas do DPF, como Crimes Contra o Patrimônio, Inteligência Policial, Repressão à Entorpecentes e Patrimônio e Coordenador de Assuntos Internos. É formado em Engenharia Eletrônica, área em que chegou a atuar por 10 anos antes de ingressar na carreira policial. O diretor da DLOG foi o coordenador da Operação Caixa de Pandora, no Distrito Federal, responsável por desbaratar, em 2009 um esquema de pagamento de propina envolvendo agentes públicos, entre eles um governador do DF, que chegou a ser preso. Também esteve na equipe que elucidou os assassinatos de três fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho em Unai (MG), em 2004.

PALAVRAS DO DLOG

O planejamento para aquisição de novos equipamentos para o Departamento de Polícia Federal e a definição sobre a nova sede serão as principais

prioridades do delegado Alfredo José de Souza Junqueira, à frente da Diretoria de Administração e Logística Policial (DLOG). Inicialmente, ele pretende dar andamento a projetos que já estavam sendo desenvolvidos pela direção anterior, mas também define algumas metas a serem desenvolvidas nos próximos meses, como a construção de novas unidades da PF em alguns estados.

“Teremos que intensificar a aquisição de diversos materiais e equipamentos que necessitamos e dar continuidade, efetivamente, no planejamento que já estava em andamento na gestão anterior”, diz Alfredo Junqueira. “Mas vamos intensificar, por exemplo, a aquisição de veículos, que é uma demanda de há algum tempo”, acrescenta o titular da DLOG, explicando que, por recomendação dos órgãos de fiscalização, o processo será bem detalhado a partir de um mapeamento da frota, indicando o tempo e a forma do uso das viaturas, entre outros requisitos.

“O que temos visto é que as compras estão adequadas, os equipamentos são bons, mas a questão é que temos que planejar à curto e à médio prazo, o por quê, quanto e quando a gente vai precisar comprar”, ressalta o diretor.

O mesmo planejamento será feito em relação à aquisição de novos armamentos e uniformes. No primeiro caso, a demanda é ainda pequena por não ter havido concursos públicos recentemente. No caso dos uniformes, a intenção é revisar a Instrução Normativa (IN) que trata sobre o tema, para aprimoramento da distribuição do material de forma mais objetiva.

Responsável por todas as obras da Polícia Federal, a DLOG deverá dar andamento ao que já estava planejado para 2018, e com verbas já orçadas. É o caso das construções das delegacias de Juiz de Fora (MG), São José do Rio Preto (SP) e as Superintendências Regionais do Pará e Paraíba. Também podem ser incluídas no orçamento as novas SRs de Mato Grosso e Pernambuco, e a delegacia de Guaira (PR). “Vamos fazer alguns estudos para tentar mudanças no plano de obras para adequação do Plano Plurianual (PPA)”, observa Junqueira.

Segundo o titular da DLOG, a atual gestão está trabalhando no estudo feito pela direção anterior sobre a sede do DPF. “Estamos atualizando os números para ver qual é a solução mais viável. “Estamos levando em conta na atualização do estudo” pa-



ra verificar se é melhor reformar o prédio atual, alugar outro ou batalhar para a construção de um prédio novo”, afirma o delegado.

ATRIBUIÇÕES DO DLOG

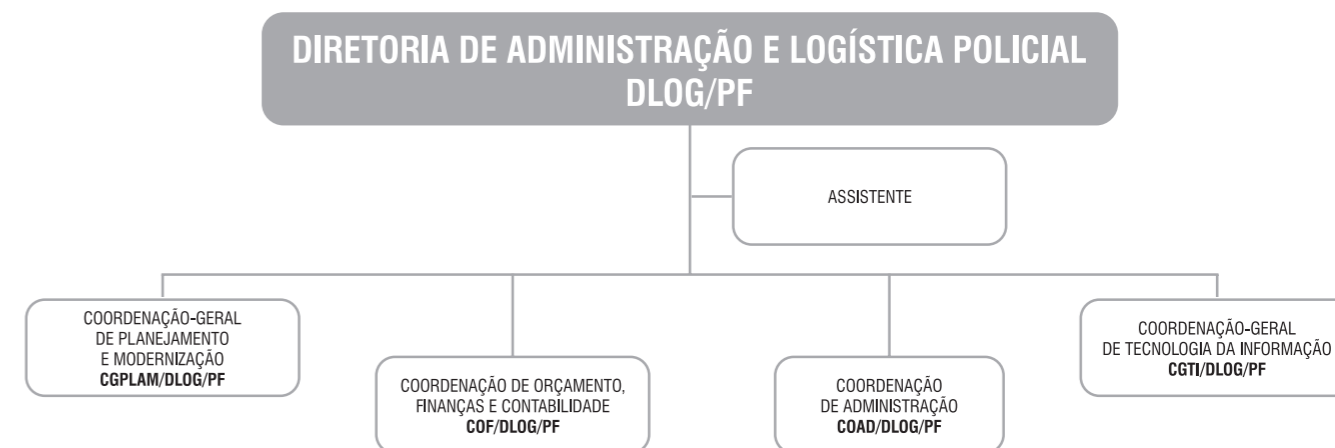
Promove a execução das atividades e ações correlatas à área sob sua responsabilidade, aprova normas orientadoras das ações de planejamento institucional e orçamentário, modernização organizacional e administração geral, faz a consolidação da Tomada de Contas Anual, do Relatório Anual e do Plano de Metas Anual e promove a elaboração de estudos e projetos com vistas à modernização da PF.

Supervisiona as atividades das unidades descentralizadas, no âmbito de sua área de atuação e propõe normas a fim de padronizar os equipamentos, uniformes e demais meios empregados nas atividades da Polícia Federal.

Coordena e promove estudos de racionalização e normatização de processos de trabalho, elabora-

ção de normas e manuais, padronização e aquisição de bens, materiais, equipamentos e suprimentos, com vistas à otimização de custos e de utilização; Fiscaliza o cumprimento das normas referentes aos sistemas de administração e controle orçamentário, financeiro e contábil, de serviços gerais e de informações organizacionais, emanadas da Administração Federal e promove a fiscalização das obras, reformas, construções e readequações dos prédios da Polícia Federal;

Administra o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal (FUNAPOL); coordena a elaboração do plano plurianual e da proposta orçamentária anual; Aprova normas orientadoras das ações de tecnologia da informação e comunicação e fiscaliza o cumprimento das normas referentes ao sistema de administração de recursos de informação e informática, emanadas da Administração Federal.



Novembro Azul: mês mundial de combate ao câncer de próstata

O câncer de próstata é o foco de mais uma edição da campanha Novembro Azul, organizada pela Sociedade Brasileira de Urologia. O câncer de próstata, tipo mais comum entre os homens, é a causa de morte de 28,6% da população masculina que desenvolve neoplasias malignas. Somente entre 2016 e 2017, 61,2 mil novos casos foram estimados pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Com o intuito de estimular a população masculina a superar a vergonha em relação ao assunto e cuidar da saúde, a campanha realiza diversas ações ao longo do mês. Em São Paulo, a programação, que começou na segunda-feira (5) e se estendeu até dia 23, incluiu mutirões para esclarecer dúvidas, uma caminhada e palestras. Em Brasília, foi realizado na Câmara dos Deputados o X Fórum de Saúde do Homem. Por ocasião da campanha, como em anos anteriores, o Congresso Nacional e o Cristo Redentor foram iluminados de azul.

Os aspectos culturais, como o machismo, têm impacto no diagnóstico e controle da doença, muitas vezes associada com a perda da virilidade. Como consequência, há o isolamento e a baixa autoestima do paciente que, não raro, tem dificuldade para buscar ajuda e médica e durante o tratamento precisa se afastar das ativida-

des laborais.

“A gente não consegue conversar porque as pessoas mudam de assunto rapidinho. De cara, a pessoa quer saber da vida sexual, não quer saber se você passa mal, se desmaia. Você fica meio invisível. Meu irmão mesmo disse: ‘Você é um câncer mais ou menos’, porque imagina-se que você tem que fazer aquela cara de dor, ou então, não considera que você tem câncer”, desabafa o assistente administrativo Liomardes Lino, que já passou por uma cirurgia para tratar a doença teve uma recidiva no ano passado, que o levou à radioterapia.

De acordo com dados do Inca, a cada dez homens diagnosticados com câncer de próstata, nove têm mais de 55 anos. Considerado novo para desenvolver a doença, Lino foi diagnosticado com o câncer de próstata aos 48 anos, em 2014. Foi por insistência de sua esposa que fez o exame chamado Antígeno Prostático Específico (PSD), que acusava um alto grau de anormalidade dos níveis esperados da proteína produzida pela próstata.

Exames de toque

Para o urologista Mário Fernandes Chammas Jr, a cultura machista da América Latina é um fator que atrapalha a detecção e, portanto, o tratamento da doença. Ele assegura

que o exame de toque retal é simples e rápido, com duração de 5 a 10 segundos, e defende as consultas regulares ao médico. “Muitas vezes, o paciente acaba falando: ‘Era só isso?’. E perde o medo inicial”.

Além do tabu em relação ao exame, outro aspecto relevante é o fato de que a maioria de casos é assintomática. “É diferente de outros tipos de câncer, em que aparece algo no seu corpo, algo que provoca medo e te faz ir ao médico. Em larga maioria, só há sintoma quando já está muito avançado. Cabe ao médico procurar antes que chegue a esse ponto”, afirma.

Rede de apoio

Liomardes Lino participa atualmente de um grupo de homens que passaram ou passam pelo tratamento e trocam experiências por meio do aplicativo Whatsapp. Desse encontro, surgiu também a página **Eu tive câncer de próstata**, no Facebook, criada pelo representante de medicamentos Fernando César de Toledo

Maia. Também diagnosticado com câncer de próstata, ele conta que se sentia isolado e lamentava não encontrar um canal de troca de experiências. “Senti necessidade de fazer porque não tive onde me apoiar, eu não conhecia histórias. A única história que ouvia era: ‘você vai ficar impotente, incontinente’”, conta Maia.

Na opinião dele, o governo deveria realizar campanhas de impacto, como as que conseguiram reduzir o número de fumantes no país, para chamar atenção para a importância e a gravidade do tema.

“A campanha deve comunicar a possibilidade de metástase [quando o câncer se espalha por outros órgãos]”, opina.

Ele relata que, mesmo no grupo, a preocupação principal dos integrantes é quanto aos possíveis efeitos colaterais do tratamento e que nenhum deles faz acompanhamento psicológico, embora muitos estejam enfrentando problemas com a família e depressão. “Eles não acreditam que a psicoterapia traria um retorno a esses problemas [sexuais]. Conheço um médico que havia casado com uma pessoa mais nova e que não quis se tratar porque achou que ia perder a virilidade”, diz.

Mário Fernandes Chammas Jr. esclarece que não é o câncer que leva a uma possível impotência sexual, mas sim o tratamento. “Nos tratamentos mais comuns no Brasil, a radioterapia e a cirurgia, quando você ataca a próstata, machuca os tecidos em volta dela, incluindo o nervo responsável pela ereção.”

Ele acrescenta que boa parte dos pacientes recupera a função, havendo a opção de aplicar medicamentos diretamente no pênis e, em último caso, utilizar uma prótese peniana. Em todos os casos, o urologista é o profissional médico qualificado para prescrever o método mais indicado.

Sintomas e prevenção

O médico explica também que o tipo mais comum de câncer de próstata é o adenocarcinoma. Na fase inicial da doença, são comumente identificados sangue na urina, dificuldade em urinar, diminuição do jato de urina e aumento da frequência ao banheiro.

Para investigar o câncer de próstata são feitos dois exames: o de toque retal, que avalia o tamanho, a forma e a textura da próstata, e o Antígeno Prostático Específico (PSD). Para confirmar uma suspeita sinalizada pelos dois testes, é feita uma biópsia, que consiste em analisar pequenos pedaços da glândula. A função da próstata é a produção de um líquido que compõe parte do sêmen, que nutre e protege os espermatozoides.

Homens cujo pai ou irmão

tiveram câncer de próstata antes dos 60 anos têm maior chance de também desenvolvê-lo. Outros fatores de risco são sobrepeso e tabagismo. Praticar atividades físicas e manter uma alimentação saudável são formas de prevenir a doença.

Quando se manifesta da forma menos agressiva dos três níveis existentes, o paciente deve frequentar o médico a cada três meses e seguir uma rotina de exames laboratoriais, protocolo estabelecido por especialistas há cerca de dez anos.

Direitos do paciente com câncer

Os pacientes com câncer têm direito a receber auxílio-doença – se for afastado do trabalho por mais de 15 dias – e o saque do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Quem é atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pode solicitar ainda o benefício chamado Tratamento Fora de Domicílio (TFD), valor que cobre despesas como transporte aéreo, terrestre e fluvial, diárias para alimentação e pernoite. No caso do TFD, a liberação depende da disponibilidade orçamentária do município ou estado. Alguns estados, como o Rio de Janeiro, asseguram ainda a gratuidade de ônibus intermunicipais, trem, metrô e barca. A lista dos direitos do paciente está disponível no site do Inca.

Campanha **Dezembro Vermelho** alerta sobre prevenção à AIDS e ao HIV



O mês de dezembro de 2017 marcará o início de uma grande mobilização nacional, a ser realizada todos os meses de dezembro, sobre prevenção ao HIV, AIDS e outras IST. Batizado de **Dezembro Vermelho**, a ação tem o intuito de chamar atenção para as medidas de prevenção, assistência, proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV. A escolha do mês foi em função do Dia Mundial contra a AIDS, celebrado no mundo inteiro em 1º de Dezembro.

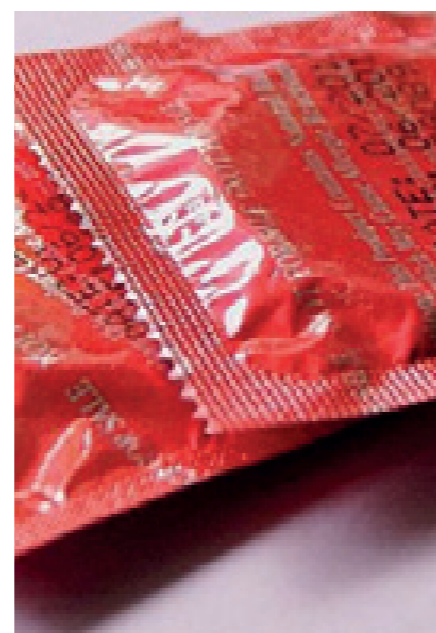
O Brasil tem hoje uma das maiores coberturas de tratamento antirretroviral (TARV) entre os países de baixa e média renda, com mais da metade (64%) das pessoas vivendo com HIV recebendo TARV, segundo os dados do Boletim Epidemiológico

2016, a média global para este segundo pilar das metas de tratamento 90-90-90, foi de 53%.

A lei 13.504 foi publicada no Diário Oficial no início de novembro e tem programado um conjunto de atividades e mobilizações realizadas em parcerias entre o poder público, sociedade civil e organismos internacionais. A agenda de atividades prevê a iluminação de prédios públicos de vermelho, as já tradicionais nas campanhas de mobilização em âmbito nacional, estadual e municipal, palestras e atividades educativas e outros eventos relacionados ao tema além de veiculação de campanhas de conscientização em diversas mídias.

“O Ministério da Saúde, o UNAIDS e diversas organizações que trabalham com o tema do HIV, já dedicam, tradicionalmente, um grande esforço

na realização de eventos, encontros, debates e campanhas ao redor do 1º de dezembro”, ressalta Georgiana Braga-Orillard, Diretora do UNAIDS no Brasil. “Mas a aprovação do Dezembro Vermelho é um passo importante para que as atividades sejam feitas no Brasil todo, por várias instituições e também para que possamos ir além de uma data única e fazer com que esse debate siga vivo na sociedade por mais tempo.”



Cientistas do Brasil e da França fazem parceria em estudo de combate ao câncer



Cientistas brasileiros e franceses se uniram na pesquisa de tratamentos para alguns tipos de cânceres raros, a começar pelos sarcomas. A parceria foi firmada entre o Hospital A. C. Camargo Câncer Center, que oferece diagnóstico, tratamento, ensino e pesquisa no Brasil, e um dos mais respeitados centros europeus de pesquisa do câncer, o Institut Curie, fundação privada e sem fins lucrativos da França.

A superintendente de pesquisa do A. C. Camargo, Vilma Martins, explica que sarcomas são tumores com 70 subtipos que afetam as estruturas moles, que correspondem à metade do peso do corpo humano, como músculos, gordura, tendões e nervos periféricos. O paciente com sarcoma apresenta um pequeno nódulo indolor, chamado de lobinho, no local afetado. O nódulo cresce rápido e pode atingir grandes dimensões.

“Sarcomas são relativamente raros e também são agressivos. Há poucas possibilidades terapêuticas”, esclarece a especialista. O tratamento envolve cirurgia para a retirada do tumor, radioterapia antes ou após a cirurgia e quimioterapia,

usada para diminuir a incidência de metástases. Em sarcomas de alto grau, são combinadas as três modalidades.

No estudo, pacientes em tratamento nos centros de pesquisa servirão de amostra. Médicos, residentes e cientistas farão intercâmbio entre os dois países para a troca de informações. “Isso vai agregar pessoas também de outras áreas. Será promissor”, afirma a superintendente. Segundo ela, a parceria não tem prazo de término e existe a expectativa de que o combate a outros tipos de cânceres raros também sejam estudados.

Radioterapia

Outro foco da fase inicial da pesquisa será a colaboração de avanços na radioterapia. “Temos todo o entendimento de novas abordagens para diferentes tumores” disse Vilma. O A.C. Camargo já atingiu nível máximo de acreditação no setor de radioterapia pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão das Nações Unidas.

Brasil ganha 5 medalhas na Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica



A equipe brasileira conquistou uma medalha de prata e duas de bronze, além de duas menções honrosas e um prêmio especial na 11ª Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica realizada em Phuket, na Tailândia.

A olimpíada contou com 219 participantes de 44 países. Foi o melhor desempenho brasileiro no evento desde 2013. Na edição anterior, realizada no ano passado na Índia, o Brasil obteve três medalhas de bronze e três menções honrosas.

A medalha de prata foi conquistada pelo paulista João Vitor Guerreiro Dias e as de bronze pelos cearenses Nathan Luiz Bezerra e Vinícius Azevedo dos Santos. Receberam menção honrosa o cearense Pedro Pompeu Carneiro e o paraense Bruno Gorresen Mello. Bruno recebeu ainda o prêmio especial por ter ficado em terceiro lugar na prova em equipe. Cada time era formado por sete estudantes de países diferentes.

Os representantes brasi-

leiros na Tailândia foram definidos a partir de um processo seletivo envolvendo os melhores participantes entre os 100 mil inscritos no nível 4 da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA). A delegação foi liderada pelos professores Eugênio Reis Neto, do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro; Gustavo Rojas, da Universidade Federal de São Carlos; e Thiago Paulin Caraviello, do Colégio Etapa de São Paulo.



Governo anuncia ganhadores de prêmio sobre substituição de animais em pesquisas



Métodos Alternativos, criado para estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento de métodos alternativos à experimentação animal. O resultado prático dos projetos selecionados deve promover a redução no uso dos animais em pesquisas, substituindo-os por alternativas sempre que possível.

Composta por representantes do ministério, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Grupo Boticário, a comissão organizadora levou em conta critérios técnicos e a originalidade dos trabalhos inscritos, que tinham que estar alinhados ao chamado Princípio dos 3Rs: redução, refinamento e substituição (na sigla em inglês).

De um total de 83 trabalhos apresentados por estudantes de pós-graduação e profissionais que já atuam com métodos alternativos à experimentação animal em atividades de pesquisa e ensino, 78 foram pré-selecionados, sendo 50 na categoria Produção Acadêmica e outros 28 em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Na categoria Produção

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) anunciou no dia 10 de novembro os ganhadores da primeira edição do Prêmio MCTIC de Acadêmica, o primeiro lugar ficou com a química Rafaella Regina Alves Peixoto, estudante de pós-doutorado na Universidade de Oviedo, na Espanha. A segunda posição foi concedida ao farmacêutico Michael González-Durruthy, pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), enquanto o terceiro lugar coube à bióloga Maria José Alves da Rocha, professora na Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto.

Já na categoria Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, o vencedor foi o engenheiro de telecomunicações Hideraldo Brasiel de Filippo. A segunda colocação ficou com o médico veterinário Silvio Henrique de Freitas, professor da Universidade de Cuiabá (Unic). Em terceiro lugar ficou o farmacêutico Artur Christian Garcia da Silva, mestrando da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A cerimônia de premiação foi marcada para o dia 29 de novembro, com a presença do ministro Gilberto Kassab. Os primeiros colocados de cada categoria serão premiados com R\$ 15 mil. Os segundos colocados receberão R\$ 7 mil. Já os terceiros ganharão R\$ 3 mil.



Na serra de Santa Catarina, a estrada entre Lauro Müller e Bom Jardim da Serra tem 284 curvas - veja como aproveitar ao máximo o percurso (e suas paisagens).



Planeje sua viagem pela Serra do Rio do Rastro

QUANDO IR | Nos meses mais quentes, de novembro a março, a paisagem é composta pelo verde das matas que descem a Serra e as chuvas são poucas e rápidas. No período mais frio, de junho a agosto, a paisagem é tomada pelo branco do gelo e a Serra do Rio do Rastro pode ser fechada por motivos de segurança por causa da neblina, da geada e da chuva intensa.

COMO CHEGAR | A Serra do Rio do Rastro fica a 220 quilômetros de Florianópolis. A viagem é feita pelas rodovias BR-101 – que está duplicada na maior parte do trecho – e BR-282. De Lages, a maior cidade da região serrana, a São Joaquim são 75 quilômetros pela SC-438, a mesma rodovia que liga Bom Jardim da Serra e Lauro Müller, passando pela Serra do Rio do Rastro.

Partindo de Porto Alegre, o melhor trajeto para chegar às cidades da Serra Catarinense é seguir da capital gaúcha até Criciúma pelas rodovias BR-290 e BR-101, e de Criciúma seguir para Orleans, vizinha de Lauro Müller, pela SC-446.

ONDE FICAR | Uma boa escolha é se hospedar em São Joaquim, cidade famosa pelas baixas temperaturas no inverno e que tem mais infraestrutura turística. Outra opção é Bom Jardim da Serra.

Como encarar as 284 curvas da estrada da Serra do Rio do Rastro

Prepare o seu coração! Ele será bem exigido na travessia da Serra do Rio do Rastro, mais bela – e desafiadora – ligação entre o litoral e a serra catarinense. O trecho em si da SC-390, entre Lauro Müller e o fim da serra, em Bom Jardim da Serra – nem é tão longo, são apenas 25 km. Mas pode reservar uma hora da sua viagem para percorrê-lo. Afinal, serão 284 curvas. Isso mesmo, mais de 11 curvas por quilômetro.

Sempre recomenda-se para quem trafega pela primeira vez na estrada que prefira a rota de subida. As razões aparecerão com o desenrolar do texto, mas uma delas falo já: a dificuldade vai seguindo um ritmo ascendente.

Apesar de não ser a principal travessia de serra do estado, há algum tráfego de caminhões e, sim, eles podem atrapalhar a viagem, colocando até certo medo no trecho mais íngreme e estreito da rodovia.

Saindo do centinho de Lauro Müller, o co-

meço é bem tranquilo. A estrada já é sinuosa, mas ainda de forma amena. Ao longe, vemos as montanhas que serão rasgadas dentro em breve.

Após Guatá, inicia-se a subida e a primeira coisa a notar é que o acostamento foi-se embora. Esse início é semelhante a qualquer estrada serrana brasileira em pista única. À direita, já forma-se um belo visual.

A “coisa” pega mesmo quando encontramos duas lanchonetes no meio da serra, uma em cada lado da pista, com diferença de quinhentos metros entre elas. O show vai começar! A pista se estreita, muretas e postes de iluminação aparecem e o que era asfalto, vira concreto. Os próximos 7 km serão de puro êxtase.

As curvas – muitas vezes, autênticos cotovelos – brotam de tudo quanto é lado. Esquerda, direita, esquerda, direita, primeira, segunda, primeira, segunda... Seus membros são muito exigidos. Recuos aparecem do lado direito (mais uma razão

para você subir a serra) para descanso e fotos que farão seu perfil no Facebook se encher de likes.

Se um caminhão surgir na frente, saiba que não irá ultrapassá-lo. Se pintar do lado oposto e em um cotovelo, talvez alguém tenha que dar uma ré para seguir adiante.

Ao chegar cansado no alto da serra, é comum soltar um: “ah, já acabou”. Calma, tem um choro a 1,5 km do fim da subida.

Um lindo mirante, a 1421 m de altitude, com lanchonete e lojinha de artesanato para repor as energias e ainda ter a vista mais abrangente da Serra do Rio do Rastro e ver com mais nitidez todo seu trabalho de subida.

Como a estrada é iluminada, percorrê-la durante a noite também vale a pena. Ou então, vá ao mirante para vê-la brilhante.

Só evite a rodovia em dias de muita serração e possíveis nevascas. Porém, nesses casos, a estrada pode ser fechada.

Os melhores lugares para viajar gastando pouco em 2018

Procurando umas boas férias sem ter de se preocupar com o orçamento? Aqui estão os melhores lugares para viajar e tirar férias baratas em 2018. Explore tantos quantos puder. Vale a pena!

Passagens aéreas, hospedagem, despesas de todos os dias – tudo começa a somar na hora de programar a próxima viagem. Mas não precisa sentir-se culpado em tirar férias, especialmente se forem lugares para viajar econômicos.

Pesquisamos o custo de alguns dos itens mais comuns com os quais os viajantes costumam

gastar durante as férias – tais como corrida de táxi, uma cerveja local, uma refeição em um restaurante mediano, assim como estadia em um hotel 3-estrelas – para revelar as melhores barganhas de viagens de 2018. Os lugares para viajar para cada mês foram selecionados baseado na combinação de boas condições climáticas e também por estar fora da alta temporada de turismo.

Confira a seguir a nossa lista dos preços de cada destino:



Janeiro
San Jose, COSTA RICA

As ruas movimentadas de San Jose ao entardecer

Os moradores não dão crédito suficiente para a movimentada capital da Costa Rica, mas o charme de San Jose é inegável, com suas florestas verdejantes, habitantes simpáticos e localização central para visitar os tesouros inexplorados da Costa Rica.

No centro da cidade, o Mercado Central é o local para se esbaldar. Dentro, uma variedade de pequenos restaurantes e quiosques

oferecem clássicos como o ‘chifrijo’, um prato feito de arroz, feijão e carne de porco que vai satisfazer qualquer tipo de apetite. Desconhecidas pela maioria dos visitantes, as cervejas artesanais de San Jose só crescem em número e variedade. O Stiefel Pub, no Barrio Amon, por exemplo, possui um vasto menu que fará até os mais exigentes terem dúvida na hora de escolher a melhor cerveja da noite.

Fevereiro **Tânger, MARROCOS**



Tânger, Marrocos – dos lugares para viajar perfeito para um passeio à beira-mar

A apenas 30km da costa da Espanha, fica essa maravilhosa costeira do Marrocos – Tânger, uma movimentada cidade permeada por influências árabes, berberes e europeias. Medina, ou Cidade Velha, é um fascinante labirinto de estandes e ruas de pedras, onde as principais atrações são pechinchar, observar as pessoas e tomar chá de hortelã doce.

Apesar de as águas lameadas da praia de Tânger não serem ideais para nadar, o local é um ótimo ponto para um ‘paseo’ na areia e de comprinhas pela Avenida Pasteur. Para curtir uma bela praia de verdade, dirija cerca de uma hora até Asilah, com suas águas turquesas e uma linda cidadezinha que lembra Santorini, na Grécia.



As ruas coloridas de Puebla são repletas de artesanato e antiguidades

Um dos lugares para viajar mais antigos do México e a quarta maior cidade do país, Puebla é conhecida por turistas e moradores como uma cidade universitária, além de ter uma aclamada culinária, uma história colonial e belas paisagens.

Ali perto, na movimentada praça Zocalo de Puebla fica o Museo Amparo, que possui uma das melhores coleções de arte mexicana da América

Latina. E para os fãs de arquitetura, não há lugar melhor para explorar do que a barroca Capilla del Rosario, uma igreja do século 17 com um elaborado interior. Procure por objetos vintage e antiguidades ao longo da Callejon de los Sapos e vasculhe também por cerâmicas e artesanatos de todo o México no mercado El Parian.



Abril Novi Sad, SÉRVIA

Luzes iluminam o belo centro histórico de Novi Sad

Localizada às margens do Danúbio, Novi Sad é talvez mais conhecida por seu badalado Exit Festival, que acontece todo mês de julho na Fortaleza Petrovaradin. Mas mesmo que você não curta o som do festival, essa antiga cidadela do império austro-húngaro vale ser visitada, nem que seja pelas belas vistas da cidade.

Em 2021, Novi Sad terá a honra de ser a primeira Capital Europeia da Cultura fora da União

Europeia. Portanto, adiante-se e vá este ano para este que é um dos lugares para viajar mais promissores. Confira o Museu de Vojvodina e passeie pela rua principal, a Zmaj Jovina. Pare para jantar em um ‘rostilj’ (a churrasceria local) e peça pelo ‘cevapcici’, uns enroladinhos de salsicha feitos para a partir de uma mistura de carne de cordeiro, vaca e porco, grelhados e servidos com pão e cebolas.

A “Motor City” da América passa por um renascimento. Antiga capital da indústria automobilística dos E.U.A., Detroit conta hoje com badalados museus culturais, espaços de arte e estabelecimentos culinários que trazem vida às ruas iluminadas por neon e seus arredores urbanos. Passe algum tempo aprendendo sobre a jovem, porém significativa história da América no Museu Henry Ford, assim como no Forte Wayne.

Depois de Nova York, Detroit para além de ser um dos melhores lugares para viajar, é também a segunda maior cidade para o teatro no país. O histórico Fisher Theatre é uma das casas artísticas mais antigas de Detroit e ideal para assistir a um show da Broadway em turnê. A joia da coroa da cidade, o Fox Theatre, é um dos mais rentáveis do país, com performances de grandes nomes.

Todo final do mês de maio, Detroit sedia o Movement Electronic Music Festival, um evento anual que atrai multidões de apaixonados por música dance e techno.



Maio Detroit, E.U.A.

Aprecie as lindas vistas do Belle Isle Park, em Detroit

Junho Brasov, ROMÊNIA

Como seria uma viagem ao coração da Transilvânia sem conhecer o melhor da natureza do leste europeu? Nestes lugares para viajar, Braşov é a porta de entrada da Romênia para o interior das montanhas dos Cárpatos e todas suas imperdíveis atividades ao ar livre, como hiking, camping e interação com a vida selvagem.

Mas também há muito para ver e fazer na cidade. Sinta-se como dentro de um conto de fadas passeando pelas ruas de pedra que levam à Porta Ecaterinei (Portão de Catarina), a última das portas medievais originais ainda erguidas da cidade. Faça um tour histórico na Biserica Neagra, a Igreja Negra, e admire as vistas do “letreiro de Hollywood” de Braşov no alto das colinas verdes, para onde pode-se chegar com um passeio de bonzinho elétrico.



Passeie pelas charmosas ruas e calçadas de Braşov



Julho Santiago de Compostela ESPANHA

Como resistir ao charme da arquitetura e história de Santiago de Compostela?

Os viajantes geralmente vão para a capital da região espanhola da Galícia ao final da conhecida rota de peregrinação conhecida como Caminho de Santiago. Além das rotas, Santiago é um dos lugares para viajar que tem o seu lindo centro histórico nomeado como Patrimônio da UNESCO, e caracterizado por suas ruas com misto de edifícios góticos, romanescos e barrocos.

Ao longo da Rua do Franco, você encontra

rá restaurantes familiares e bares aconchegantes, ideais para tomar uma taça de vinho e um petisco cortesia no melhor estilo espanhol, como croquetas, tortilla ou frutos do mar fresquinhos. Peça um ‘Pulpo Gallego’, o polvo galício servido com azeite de oliva, páprica e batatas cozidas. A rua leva até a Catedral de Santiago, uma importante igreja católica romana e onde está sepultado o apóstolo Santiago Maior.

Agosto Ohrid, MACEDÔNIA

À margem de um dos mais antigos e mais profundos lagos da Europa, Ohrid e seu céu azul, muitas horas de sol e prédios históricos importantes torna-se num dos lugares para viajar, perfeito as férias de verão. Explore as belezas de Ohrid em um passeio de barco antes de dedicar algumas horas para aproveitar atividades aquáticas como nadar, mergulhar e fazer snorkel.

Para fazer um pouco de turismo, não deixe de apreciar a arquitetura bizantina de St. Jovan de Kaneo. Com sua espetacular localização no topo de um penhasco, essa igreja ortodoxa é um dos lugares mais fotografados da Macedônia. A Igreja Santa Sophia é outro ótimo exemplo da arte e alfrescos medievais da Macedônia; e já que o assunto é esse, a Igreja de São Pantaleão, local da primeira universidade na Europa e onde o alfabeto cirílico foi criado, também não deve estar de fora do roteiro de visitação.



Não deixe de fazer um passeio de barco no Lago Ohrid, na Macedônia

Setembro Batumi, GEÓRGIA



A Praça da Europa é uma das atrações mais bonitas do centro de Batumi

A segunda maior cidade da Geórgia é daquelas ainda não descobertas. Cidade praiana e cheia de charme, Batumi é recheada de contrastes. O autêntico centro histórico ganha vida com sua cena artística, enquanto que a arquitetura do século 19 divide espaço harmoniosamente com os modernos arranha-céus e cassinos a cada esquina.

Não falta o que amar em Batumi, a começar pela praia e seu calçadão à beira-mar – com seus seis quilômetros permeados de hotéis, bares, esculturas e fontes. Faça um agradável passeio a pé ou de bike pela costa antes de assistir ao por do sol sobre o Mar Negro. Se tiver sorte, pode ser até que veja golfinhos pelo caminho!

Outubro Sochi, RÚSSIA



Relaxar na praia é o passatempo favorito em Sochi. Dos lugares para viajar no verão.

Bela cidade-resort movimentada no Mar Negro, Sochi é onde as celebridades e elites locais costumam ir relaxar na praia e curtir a animada vida noturna. Bem menos cheia durante o outono, a “capital de verão da Rússia” tem clima agradável e é bastante acessível em outubro, perfeito para caminhar por entre os edifícios em estilo Stalinista ou o belo Jardim Botânico Arboretum.

Além das atividades de verão, como nadar e tomar sol, Sochi conta com diversas instituições culturais. O lindo Museu de Arte de Sochi exhibe algumas das melhores coleções de quadros e arte decorativa da Rússia., enquanto o Winter Theatre apresenta balés, óperas e espetáculos teatrais de primeira qualidade.

Novembro Arequipa, PERU



Não há vista igual a do Mirador de Yanahuara, em Arequipa, no Peru

Carinhosamente conhecida como a cidade mais bonita do Peru, Arequipa tem uma arquitetura colonial dramática que contrasta lindamente com a imponente paisagem vulcânica de fundo. A central Plaza de Armas é lar da famosa Basílica Catedral de Arequipa, a gigante igreja do século 17 que cobre toda a praça.

Logo dobrando a esquina da praça, está o Museo Santuarios Andinos, onde os visitantes encontrarão Juanita, a múmia perfeitamente preservada de uma garotinha que foi oferecida como sacrifício humano durante o Império Inca. Do outro lado do rio, não dá para perder o colorido bairro de Yanahuara. Deleite-se com uma generosa refeição no La Nueva Palomino e compartilhe uma travessa com as especialidades locais. O Mirador de Yanahuara oferece algumas das melhores vistas do Vulcão Misti, assim como inúmeras oportunidades para comprar artesanatos e souvenirs.



Faça a inesquecível Trilha dos Monges em Chiang Mai

Dezembro Chiang Mai TAILÂNDIA

Tudo bem que os moradores de lá estarão caminhando usando jaquetas de couro e cachecóis, o norte da Tailândia é um dos lugares para viajar, perfeito para fugir do frio do inverno do hemisfério norte, graças às temperaturas amenas durante o dia e quase nenhuma chuva. Por entre as muralhas históricas da Cidade Velha, restaurantes modernos e bazares ecléticos, destacam-se monumentos bem preservados e marcos históricos. Não faltam também centenas de templos budistas decorados em ouro por dentro e por fora.

Com vista majestosa sobre a cidade, está a mais famosa dos marcos de Chiang Mai, Wat Phra That Doi Suthep. Considerado o local mais sagrado pelo povo tailandês, Doi Suthep ainda funciona como um mosteiro, onde os visitantes podem explorar o templo e apreciar as vistas incríveis da cidade.



O SABOR DO MAR E DA VIDA

Desde 1953

FEITO NO BRASIL, COM QUALIDADE,
SAUDABILIDADE E INOVAÇÃO INTERNACIONAL.



robinsoncrusoe.com.br RobinsonCrusoe robinsoncrusoebr

CRUSOE FOODS INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Av. Senador Virgílio Távora, Nº 1500 | SALA 1006 | Aldeota - Fortaleza/CE - Brasil
CEP 60.170-078 | Fone: (85) 3312.4370

SAC 0800
774 5242

Crusoe Foods

UM CARRO NA
PALMA DA SUA MÃO.
**NA HORA QUE
VOCÊ QUISEER.**



O VAMO é o primeiro sistema público de carros elétricos compartilhados do Brasil. São vinte carros, espalhados por 12 estações, em bairros como Montese, Monte Castelo, Aldeota, Meireles e Edson Queiroz. Qualquer pessoa pode usar os carros do VAMO, basta ter carteira de motorista, preencher um cadastro, baixar o aplicativo e pronto. Você tem um carro disponível com a menor tarifa do mercado. E ainda ajuda o meio ambiente com um transporte ecológico e consciente. O futuro está a um clique de você. VAMO?

FAÇA SEU CADASTRO NO SITE
WWW.VAMOFORTALEZA.COM



**Prefeitura de
Fortaleza**